



Demonstrações Contábeis Intermediárias BrGaap

31 de Março de 2014

ÍNDICE GERAL

	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	08
Relatório dos Auditores Independentes	110

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Individual			Consolidado		
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013 (Nota 3 (I))	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013 (Nota 3 (I))
CIRCULANTE	442.191.615	400.149.115	399.587.177	442.938.553	400.931.075	400.279.013
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	10.130.627	11.480.407	7.070.275	10.130.628	11.480.407	7.070.275
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	81.847.366	44.904.342	69.246.913	81.847.366	44.904.342	69.246.913
Aplicações no mercado aberto	74.083.186	37.232.669	65.636.244	74.083.186	37.232.669	65.636.244
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.764.645	7.672.360	3.610.955	7.764.645	7.672.360	3.610.955
Provisões para perdas	(465)	(687)	(286)	(465)	(687)	(286)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	103.219.430	112.639.473	95.448.931	103.900.945	113.261.241	95.926.792
Carteira própria - livre	68.214.508	58.724.773	65.917.214	68.896.023	59.346.541	66.395.075
Vinculados a compromissos de recompra	33.158.093	53.649.345	29.477.302	33.158.093	53.649.345	29.477.302
Instrumentos financeiros derivativos	127.105	260.317	54.220	127.105	260.317	54.220
Vinculados ao Banco Central						
Vinculados a prestação de garantias	1.719.724	5.038	195	1.719.724	5.038	195
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	93.512.451	86.740.369	79.135.906	93.512.451	86.740.369	79.135.906
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.753.133	73.327	1.203.125	1.753.133	73.327	1.203.125
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	90.834.852	86.188.520	77.302.414	90.834.852	86.188.520	77.302.414
Correspondentes	924.466	478.522	630.367	924.466	478.522	630.367
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	86.116	593.239	583.776	86.116	593.239	583.776
Recursos em trânsito de terceiros	328	220	148	328	220	148
Transferências internas de recursos	85.788	593.019	583.628	85.788	593.019	583.628
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	112.104.448	104.418.611	120.117.871	112.104.448	104.418.611	120.117.871
Setor público	4.199.638	3.817.686	6.914.028	4.199.638	3.817.686	6.914.028
Setor privado	117.885.522	109.483.015	122.748.581	117.885.522	109.483.015	122.748.581
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	567.820	585.312	357.111	567.820	585.312	357.111
Provisão para operações de créditos	(10.548.532)	(9.467.402)	(9.901.849)	(10.548.532)	(9.467.402)	(9.901.849)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	40.105.853	38.317.229	27.024.561	40.171.275	38.477.421	27.238.536
Créditos por avais e fianças honradas	28.631	26.042	38.695	28.631	26.042	38.695
Carteira de câmbio	853.587	686.732	140.929	853.587	686.732	140.929
Rendas a receber	2.352.491	2.019.622	1.871.092	2.419.318	2.180.487	2.083.447
Negociação e intermediação de valores	9.007	864	47.574	9.007	864	47.574
Créditos específicos	749.092	716.094	684.531	749.092	716.094	684.531
Diversos	36.385.451	35.143.263	24.506.481	36.384.046	35.142.590	24.508.101
Provisão para outros créditos	(272.406)	(275.388)	(264.741)	(272.406)	(275.388)	(264.741)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	1.185.324	1.055.445	958.944	1.185.324	1.055.445	958.944
Outros valores e bens	1.106.604	1.020.169	805.432	1.106.604	1.020.169	805.432
Provisões para perdas	(30.425)	(31.614)	(100.567)	(30.425)	(31.614)	(100.567)
Despesas antecipadas	109.145	66.890	254.079	109.145	66.890	254.079
NÃO CIRCULANTE	467.998.409	458.326.241	331.809.184	467.115.578	457.394.261	331.072.830
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	47.446.323	50.026.983	44.504.076	47.446.323	50.026.983	44.504.076
Carteira própria - livre	7.495.874	14.200.836	13.670.017	7.495.874	14.200.836	13.670.017
Vinculados a compromissos de recompra	37.462.027	31.542.429	28.821.059	37.462.027	31.542.429	28.821.059
Vinculados ao Banco Central	968	944	874	968	944	874
Vinculados a prestação de garantias	2.487.454	4.282.774	2.012.126	2.487.454	4.282.774	2.012.126
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	21.116.609	20.797.571	19.830.454	21.116.609	20.797.571	19.830.454
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	21.116.609	20.797.571	19.830.454	21.116.609	20.797.571	19.830.454
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	375.358.587	357.426.648	242.079.496	375.358.587	357.426.648	242.079.496
Setor público	35.373.903	33.611.053	21.655.193	35.373.903	33.611.053	21.655.193
Setor privado	349.987.879	334.360.959	228.974.072	349.987.879	334.360.959	228.974.072
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	3.490.077	3.629.761	1.977.710	3.490.077	3.629.761	1.977.710
Provisão para operações de créditos	(13.493.272)	(14.175.125)	(10.527.479)	(13.493.272)	(14.175.125)	(10.527.479)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	13.901.962	20.241.981	17.275.603	13.901.962	20.241.981	17.275.603
Diversos	13.941.795	20.290.362	17.306.021	13.941.795	20.290.362	17.306.021
Provisão para outros créditos	(39.833)	(48.381)	(30.418)	(39.833)	(48.381)	(30.418)
PERMANENTE	10.174.928	9.833.058	8.119.555	9.292.097	8.901.078	7.383.201
INVESTIMENTOS (Nota 11)	4.359.087	4.272.753	3.920.674	3.476.256	3.340.773	3.184.318
Participações em coligadas e controladas:	3.974.403	3.897.399	3.671.769	3.091.572	2.965.419	2.935.413
- No país	3.973.818	3.896.611	3.670.645	3.090.987	2.964.631	2.934.289
- No exterior	585	788	1.124	585	788	1.124
Outros investimentos	465.057	455.720	267.585	465.057	455.720	267.585
Provisão para perdas	(80.373)	(80.366)	(80.373)	(80.373)	(80.366)	(80.373)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	3.264.709	3.026.322	2.151.917	3.264.709	3.026.322	2.151.919
Imóveis de uso	839.234	770.513	454.423	839.234	770.513	454.423
Reavaliações de imóveis de uso	743.272	743.272	743.764	743.271	743.272	743.764
Outras imobilizações de uso	6.025.468	5.667.682	4.658.733	6.025.470	5.667.682	4.658.735
Depreciações acumuladas	(4.343.265)	(4.155.145)	(3.705.003)	(4.343.266)	(4.155.145)	(3.705.003)
INTANGÍVEL (Nota 13)	2.551.132	2.533.983	2.045.362	2.551.132	2.533.983	2.045.362
Ativos intangíveis	3.749.843	3.617.578	2.997.234	3.749.843	3.617.578	2.997.234
Amortizações acumuladas	(1.198.711)	(1.083.595)	(951.872)	(1.198.711)	(1.083.595)	(951.872)
DIFERIDO (Nota 13)			1.602			1.602
Gastos de organização e expansão			22.947			22.947
Amortizações acumuladas			(21.345)			(21.345)
T O T A L	910.190.024	858.475.356	731.396.361	910.054.131	858.325.336	731.351.843

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual			Consolidado		
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013 (Nota 3 (t))	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013 (Nota 3 (t))
CIRCULANTE	552.162.741	526.346.591	442.321.484	552.026.848	526.196.571	442.276.966
DEPÓSITOS (Nota 14)	315.785.174	304.015.240	272.809.001	315.499.208	303.729.806	272.799.378
Depósitos à vista	24.311.405	25.170.971	24.626.053	24.311.405	25.170.971	24.626.053
Depósitos de poupança	214.614.189	209.573.848	182.266.870	214.614.189	209.573.848	182.266.870
Depósitos interfinanceiros	3.054.054	2.226.373	229.168	3.054.054	2.226.373	229.168
Depósitos a prazo	63.446.181	56.888.921	53.927.598	63.160.215	56.603.487	53.917.975
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.359.345	10.155.127	11.759.312	10.359.345	10.155.127	11.759.312
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	134.257.646	115.453.523	98.778.779	134.170.834	115.368.762	98.590.897
Carteira própria	66.059.317	82.694.499	58.486.958	65.972.505	82.609.738	58.299.076
Carteira de terceiros	68.198.329	32.759.024	40.291.821	68.198.329	32.759.024	40.291.821
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	41.040.803	43.595.248	19.252.189	41.040.803	43.595.248	19.252.189
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	41.040.803	37.263.075	16.142.555	41.040.803	37.263.075	16.142.555
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		6.332.173	3.109.634		6.332.173	3.109.634
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.664.526	526.624	1.606.261	2.664.526	526.624	1.606.261
Recebimentos e pagamentos a liquidar	2.649.214	507.669	1.593.864	2.649.214	507.669	1.593.864
Correspondentes	15.312	18.955	12.397	15.312	18.955	12.397
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.075.632	2.043.376	425.901	1.075.632	2.043.376	425.901
Recursos em trânsito de terceiros	480.673	1.525.075	400.074	480.673	1.525.075	400.074
Transferências internas de recursos	594.959	518.301	25.827	594.959	518.301	25.827
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	634.192	893.112	324.633	634.192	893.112	324.633
Empréstimos no país - Outras instituições						
Empréstimos no exterior	634.192	893.112	324.633	634.192	893.112	324.633
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	2.303.679	2.124.038	1.191.691	2.303.679	2.124.038	1.191.691
TESOURO NACIONAL - PIS	558.913	641.650	374.572	558.913	641.650	374.572
BNDES	811.898	618.401	123.380	811.898	618.401	123.380
FGTS	930.601	861.689	691.416	930.601	861.689	691.416
Outras	2.267	2.298	2.323	2.267	2.298	2.323
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	165.944	89.171	535	165.944	89.171	535
Instrumentos financeiros derivativos	165.944	89.171	535	165.944	89.171	535
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	54.235.145	57.606.259	47.932.494	54.472.030	57.826.434	48.085.481
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.535.433	264.352	1.185.072	1.535.433	264.352	1.185.072
Carteira de câmbio	204.642	39.318	68.539	204.642	39.318	68.539
Sociais e estatutárias	535.068	4.523.044	499.341	535.068	4.523.044	499.341
Fiscais e previdenciárias	2.224.139	1.993.050	1.050.966	2.460.604	2.212.856	1.203.614
Negociação e intermediação de valores	77.588	44.592	561	77.588	44.592	561
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	845.954	842.957	351.021	845.954	842.957	351.021
Recursos para destinação específica:	8.058.228	8.852.307	7.381.394	8.058.228	8.852.307	7.381.394
- Obrigações de operações com loterias	812.717	1.310.495	644.432	812.717	1.310.495	644.432
- Obrigações por fundos e programas sociais	6.791.845	7.268.366	6.265.119	6.791.845	7.268.366	6.265.119
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	453.666	273.446	471.843	453.666	273.446	471.843
Diversas	40.754.093	41.046.639	37.395.600	40.754.513	41.047.008	37.395.939
NÃO CIRCULANTE	323.340.414	296.755.402	264.069.323	323.340.414	296.755.402	264.069.323
DEPÓSITOS (Nota 14)	59.072.194	57.039.948	51.233.210	59.072.194	57.039.948	51.233.210
Depósitos interfinanceiros	340.710	127.189	48.341	340.710	127.189	48.341
Depósitos a prazo	58.731.484	56.912.759	51.184.869	58.731.484	56.912.759	51.184.869
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	2.628.518	1.120.867	3.594.085	2.628.518	1.120.867	3.594.085
Carteira própria	2.628.518	1.120.867	3.594.085	2.628.518	1.120.867	3.594.085
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	55.722.457	40.227.746	37.530.263	55.722.457	40.227.746	37.530.263
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	49.477.117	40.227.746	37.530.263	49.477.117	40.227.746	37.530.263
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	6.245.340			6.245.340		
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	2.451.167	2.338.821	197.180	2.451.167	2.338.821	197.180
Empréstimos no exterior	2.451.167	2.338.821	197.180	2.451.167	2.338.821	197.180
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	163.212.257	156.198.141	130.568.284	163.212.257	156.198.141	130.568.284
TESOURO NACIONAL - PIS	176.705	17.912	352.380	176.705	17.912	352.380
BNDES	24.256.277	23.012.645	18.155.974	24.256.277	23.012.645	18.155.974
FGTS	137.501.927	131.870.736	111.441.432	137.501.927	131.870.736	111.441.432
Outras	1.277.348	1.296.848	618.498	1.277.348	1.296.848	618.498
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	40.253.821	39.829.879	40.946.301	40.253.821	39.829.879	40.946.301
Fiscais e previdenciárias	152.025	154.242	160.307	152.025	154.242	160.307
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	40.101.796	39.675.637	40.785.994	40.101.796	39.675.637	40.785.994
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	34.686.869	35.373.363	25.005.554	34.686.869	35.373.363	25.005.554
Capital social:	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802
- Capital de domiciliados no país	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000
- Capital a realizar	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal	8.000.000	8.000.000		8.000.000	8.000.000	
Reservas de capital	167	167		167	167	
Reserva de reavaliação	383.668	392.929	421.700	383.668	392.929	421.700
Reservas de lucros	3.571.101	4.902.396	2.693.064	3.571.101	4.902.396	2.693.064
Ajuste de avaliação patrimonial	(494.001)	23.069	(738.965)	(494.001)	23.069	(738.965)
Lucros/Prejuízos Acumulados	1.171.132		574.953	1.171.132		574.953
T O T A L	910.190.024	858.475.356	731.396.361	910.054.131	858.325.336	731.351.843

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Individual			Consolidado		
	2014	2013		2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	22.783.092	20.795.567	15.214.907	22.783.092	20.795.567	15.214.907
Operações de crédito (Nota 8 (e))	14.479.827	13.189.899	9.888.997	14.479.827	13.189.899	9.888.997
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	6.093.357	5.335.841	3.582.967	6.093.357	5.335.841	3.582.967
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (h))	(42.522)	268.796	416.215	(42.522)	268.796	416.215
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	149.939			149.939		
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	2.040.289	1.912.977	1.249.203	2.040.289	1.912.977	1.249.203
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	62.202	88.054	77.525	62.202	88.054	77.525
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(16.963.990)	(16.067.582)	(10.697.089)	(16.955.374)	(16.059.109)	(10.693.961)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(11.708.580)	(10.681.775)	(6.644.042)	(11.699.964)	(10.673.302)	(6.640.914)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(2.684.810)	(2.652.349)	(1.917.262)	(2.684.810)	(2.652.349)	(1.917.262)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))		(124.503)	(7.719)		(124.503)	(7.719)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(92.384)	(95.340)	(47.615)	(92.384)	(95.340)	(47.615)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (h))	(2.478.216)	(2.513.615)	(2.080.451)	(2.478.216)	(2.513.615)	(2.080.451)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.819.102	4.727.985	4.517.818	5.827.718	4.736.458	4.520.946
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(3.811.476)	(4.342.682)	(3.111.495)	(3.817.884)	(4.337.239)	(3.114.332)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	3.501.618	3.553.828	3.149.331	3.501.618	3.553.828	3.149.331
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	752.570	757.355	602.274	752.570	757.355	602.274
Despesas de pessoal (Nota 24)	(4.284.210)	(4.456.366)	(3.727.703)	(4.284.733)	(4.456.885)	(3.728.150)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(2.583.620)	(2.660.817)	(2.170.681)	(2.584.268)	(2.660.903)	(2.171.543)
Despesas tributárias (Nota 29)	(756.646)	(648.624)	(530.521)	(756.700)	(652.152)	(530.559)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	172.160	90.535	59.683	157.422	63.377	49.913
Outras receitas operacionais (Nota 26)	2.510.456	2.478.313	2.497.277	2.520.016	2.515.047	2.505.557
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(3.123.804)	(3.456.906)	(2.991.155)	(3.123.809)	(3.456.906)	(2.991.155)
RESULTADO OPERACIONAL	2.007.626	385.303	1.406.323	2.009.834	399.219	1.406.614
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	(67.722)	(30.551)	(50.842)	(67.722)	(30.551)	(50.842)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.939.904	354.752	1.355.481	1.942.112	368.668	1.355.772
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))	(187.256)	1.855.645	144.564	(189.464)	1.841.729	144.273
Tributos correntes	(430.795)	200.487	(204.242)	(433.009)	186.563	(204.537)
Ativo fiscal diferido	74.074	1.808.270	51.260	74.080	1.808.278	51.264
Passivo fiscal diferido	169.465	(153.112)	297.546	169.465	(153.112)	297.546
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(242.373)	(492.986)	(189.934)	(242.373)	(492.986)	(189.934)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.510.275	1.717.411	1.310.111	1.510.275	1.717.411	1.310.111

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Nota 3 (t))	22.054.802			423.165	1.669.327	1.023.737	(698.304)	(426.446)	24.046.281
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(40.661)		(40.661)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				2.317					2.317
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(3.097)	(3.097)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(3.782)				3.782	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.310.111	1.310.111
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Juros sobre o capital próprio propostos								(309.397)	(309.397)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 (Nota 3(t))	22.054.802			421.700	1.669.327	1.023.737	(738.965)	574.953	25.005.554
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	22.054.802	8.000.000	167	392.929	2.005.496	2.896.900	23.069		35.373.363
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(517.070)		(517.070)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				2.216					2.216
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(2.217)	(2.217)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(11.477)				11.477	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.510.275	1.510.275
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros) - REVERSÃO						(1.331.295)			(1.331.295)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Juros sobre o capital próprio propostos								(348.403)	(348.403)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014	22.054.802	8.000.000	167	383.668	2.005.496	1.565.605	(494.001)	1.171.132	34.686.869

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Individual			Consolidado		
	2014	2013 (Nota 3 (t))		2014	2013 (Nota 3 (t))	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	7.243.904	4.835.347	5.306.483	7.194.749	4.893.915	5.356.524
Lucro Líquido	1.510.275	1.717.411	1.310.111	1.510.275	1.717.411	1.310.111
Ajustes ao Lucro Líquido:	5.733.629	3.117.936	3.996.372	5.684.474	3.176.504	4.046.413
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	1.740.189	221.249	(174.669)	1.740.189	221.249	(174.669)
(Ganho)/Perda em Investimentos	85.826	(136.876)	103.980	21.939	(105.459)	144.251
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(828)	83.086	(69)	(828)	83.086	(69)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio		(15)			(15)	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.478.216	2.513.615	2.080.451	2.478.216	2.513.615	2.080.451
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	209.648	357.432	175.996	209.648	357.432	175.996
Depreciações e Amortizações	298.814	298.814	262.217	298.814	298.815	262.217
Impostos Diferidos	(243.539)	(1.655.158)	(348.806)	(243.545)	(1.655.166)	(348.806)
Despesas com provisões para causas judiciais	194.949	266.106	191.843	194.949	266.106	191.843
Resultado de Participação em Coligadas	(172.160)	(90.535)	(59.683)	(157.422)	(63.377)	(49.913)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	1.142.514	1.260.218	1.765.112	1.142.514	1.260.218	1.765.112
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	29.347.714	(32.028.059)	(9.825.658)	29.456.616	(32.035.404)	(9.896.282)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(92.507)	6.391.805	1.349.100	(92.507)	6.391.805	1.349.100
(Aumento) Redução em TVM para negociação	8.893.005	(2.597.219)	(1.552.311)	8.893.005	(2.597.219)	(1.552.311)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(4.646.332)	990.036	(5.102.908)	(4.646.332)	990.036	(5.102.908)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(306.886)	(216.427)	(972.349)	(306.886)	(216.427)	(972.349)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(460.621)	1.532.473	(829.596)	(460.621)	1.532.473	(829.596)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(28.095.992)	(32.025.783)	(30.255.518)	(28.095.992)	(32.025.783)	(30.255.518)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	4.794.934	(4.395.208)	2.013.214	4.889.710	(4.433.248)	1.942.415
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(129.879)	(21.622)	(3.529)	(129.879)	(21.622)	(3.529)
(Redução) Aumento em Depósitos	13.802.180	8.793.311	4.262.115	13.801.648	8.795.788	4.252.622
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	20.311.774	(32.504.252)	8.264.886	20.309.723	(32.505.440)	8.276.413
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	12.940.266	11.013.656	7.779.258	12.940.266	11.013.656	7.779.258
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	76.773	64.596	(4)	76.773	64.596	(4)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.047.183	11.809.618	8.501.049	7.047.183	11.809.618	8.501.049
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(4.659.518)	652.201	(3.147.295)	(4.642.809)	681.607	(3.149.154)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(126.666)	(1.515.244)	(131.770)	(126.666)	(1.515.244)	(131.770)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	36.591.618	(27.192.712)	(4.519.175)	36.651.365	(27.141.489)	(4.539.758)
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	134.655	72.755	(359.457)	74.908	21.532	(338.874)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	715.199	(5.175.059)	(26.131)	715.199	(5.175.059)	(26.131)
Alienação de Imobilizado de Uso	2.627	(82.767)	(101.810)	2.627	(82.767)	(101.810)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(430.105)	(411.624)	(171.419)	(430.105)	(411.624)	(171.419)
Baixa de Intangível	46.593	(295.512)	61.884	46.593	(295.512)	61.884
Aquisição de Intangível	(217.850)	(30.677)	(127.446)	(217.850)	(30.677)	(127.446)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	251.119	(5.922.884)	(724.379)	191.372	(5.974.107)	(703.796)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos	(1.342.000)	(1.097.763)	(309.397)	(1.342.000)	(1.097.763)	(309.397)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.342.000)	(1.097.763)	(309.397)	(1,342,000)	(1,097,763)	(309,397)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	35.500.737	(34.213.359)	(5.552.951)	35.500.737	(34.213.359)	(5.552.951)
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA						
Caixa e Equivalentes no início do Período	48.713.076	82.926.435	79.197.762	48.713.076	82.926.435	79.197.762
Caixa e Equivalentes no fim do período	84.213.813	48.713.076	73.644.811	84.213.813	48.713.076	73.644.811
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	35.500.737	(34.213.359)	(5.552.951)	35.500.737	(34.213.359)	(5.552.951)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	Individual						Consolidado					
	2014		2013				2014		2013			
	1º trimestre		4º trimestre		1º trimestre		1º trimestre		4º trimestre		1º trimestre	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	27.001.799		24.653.128		19.324.777		27.011.359		24.640.448		19.333.057	
Intermediação financeira	22.783.092		20.407.797		15.207.188		22.783.092		20.407.797		15.207.188	
Prestação de serviços com tarifas	4.254.189		4.311.184		3.751.605		4.254.189		4.311.184		3.751.605	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(2.478.216)		(2.513.615)		(2.080.451)		(2.478.216)		(2.513.615)		(2.080.451)	
Outras	2.442.734		2.447.762		2.446.435		2.452.294		2.435.082		2.454.715	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14.485.775		13.692.731		8.608.919		14.477.159		13.710.117		8.605.791	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	5.042.461		5.510.695		4.629.798		5.043.113		5.508.842		4.630.660	
Materiais, energia e outros	545.564		524.181		494.999		545.586		523.541		495.120	
Processamento de dados e comunicações	434.786		448.832		397.827		434.786		448.832		397.827	
Propaganda, publicidade e promoções	160.042		321.851		126.309		160.042		321.851		126.309	
Serviços de terceiros e especializados	559.246		540.193		452.453		559.871		538.980		453.194	
Serviços de vigilância e segurança	219.019		218.731		167.055		219.019		218.731		167.055	
Outras	3.123.804		3.456.907		2.991.155		3.123.809		3.456.907		2.991.155	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	539.053		362.635		373.769		539.053		362.635		373.769	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	487.534		492.434		434.240		487.534		492.434		434.240	
- Descontos de operações de crédito	55.747		153.560		49.802		55.747		153.560		49.802	
- Despesas com cartão de crédito/débito	259.277		308.339		212.279		259.277		308.339		212.279	
- Benefício pós-emprego	225.109		357.432		175.996		225.109		357.432		175.996	
- Provisões operacionais diversas	979.693		1.293.889		1.357.677		979.693		1.293.889		1.357.677	
- Demais	577.391		488.618		387.392		577.396		488.618		387.392	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	7.473.563		5.449.702		6.086.060		7.491.087		5.421.489		6.096.606	
5. RETENÇÕES	344.027		298.814		262.217		344.027		298.814		262.217	
Depreciação, amortização e exaustão	344.027		298.814		262.217		344.027		298.814		262.217	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	7.129.536		5.150.888		5.823.843		7.147.060		5.122.675		5.834.389	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	172.160		90.536		59.683		157.422		114.472		49.913	
Resultado da equivalência patrimonial	172.160		90.536		59.683		157.422		114.472		49.913	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	7.301.696		5.241.424		5.883.526	100	7.304.482		5.237.147		5.884.302	100
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7.301.696	100	5.241.424	100	5.883.526	100	7.304.482	100	5.237.147	100	5.884.302	100
Pessoal	3.935.830	54	4.354.144	62	3.410.542	58	3.936.354	54	4.352.898	60	3.410.989	58
- Remuneração direta	2.932.003		3.333.459		2.549.174		2.932.497		3.332.281		2.549.621	
- Benefícios	810.966		830.676		697.103		810.966		830.676		697.103	
- FGTS	192.861		190.009		164.265		192.891		189.941		164.265	
Impostos, taxas e contribuições	1.534.655	21	(722.068)	8	893.052	15	1.536.917	21	(725.099)	8	893.381	15
- Federais	1.368.246		(739.155)		744.822		1.370.508		(742.179)		745.150	
- Estaduais	127		98		37		127		98		37	
- Municipais	166.282		16.989		148.193		166.282		16.982		148.194	
Remuneração de capitais de terceiros	320.936	4	308.216	5	269.821	5	320.936	4	308.216	5	269.821	5
- Aluguéis	320.936		308.216		269.821		320.936		308.216		269.821	
Remuneração de capitais próprios	348.403	5	3.092.115	17	309.397	5	348.403	5	3.092.115	17	309.397	5
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	348.403		3.092.115		309.397		348.403		3.092.115		309.397	
Lucros retidos	1.161.872	16	(1.790.983)	9	1.000.714	17	1.161.872	16	(1.790.983)	11	1.000.714	17

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	9
Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias	10
Nota 3 – Principais práticas contábeis	11
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	22
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	22
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	23
Nota 7 – Relações interfinanceiras	34
Nota 8 – Carteira de crédito	36
Nota 9 – Outros créditos	42
Nota 10 – Outros valores e bens	45
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	46
Nota 12 – Imobilizado de uso	47
Nota 13 – Intangível e diferido	48
Nota 14 – Depósitos	49
Nota 15 – Captações no mercado aberto	54
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	55
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	57
Nota 18 – Outras obrigações	58
Nota 19 – Patrimônio líquido	64
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) ..	66
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira	71
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira	71
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	72
Nota 24 – Despesas com pessoal	73
Nota 25 – Outras despesas administrativas	74
Nota 26 – Outras receitas operacionais	75
Nota 27 – Outras despesas operacionais	76
Nota 28 – Resultado não operacional	77
Nota 29 – Despesas tributárias	77
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias	78
Nota 31 – Partes relacionadas	81
Nota 32 – Benefícios a empregados	84
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo	96
Nota 34 – Outras informações	107

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal - Brasil. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A CAIXA desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários, incluindo a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio da Caixa Seguros Holding S/A, uma investida da subsidiária Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social do País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação, e sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Conforme Lei nº 11.908/2009, a fim de cumprir seu objeto social, a CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas para cumprir seu objeto social, por meio de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias**a) Contexto**

As Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais (INDIVIDUAL) e consolidadas (CONSOLIDADO) da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de 31 de março de 2014 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 20 de maio de 2014 e pelo Conselho de Administração em 20 de maio de 2014.

A reclassificação entre circulante e não circulante referente os saldos da emissão externa de títulos de dívida, aquisição de royalties e créditos tributários associados a essas operações nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de 31 de março de 2014 não apresenta materialidade para reclassificação dos períodos comparativos de 31 de dezembro de 2013 e de 31 de março de 2013.

Em 07 de julho de 2014 foi comunicado ao Conselho Diretor e ao Conselho de Administração que os números anteriormente apresentados foram retornados aos números originais em função da imaterialidade da referida reclassificação para os períodos comparativos.

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis no. 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e no. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis no. 11.638/07 e no. 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, que incluem a CAIXA e sua subsidiária CAIXAPAR, foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis intermediárias da CAIXAPAR e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da subsidiária adquirida ou alienada durante o período é incluído nas demonstrações intermediárias consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de qualquer participação não controladora. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que a CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações intermediárias consolidadas são apresentadas na Nota 11.

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis intermediárias estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 5.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Nas operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição e conforme suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria devem ser acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independente de sua classificação, são apropriados *pro rata dia*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e futuros de câmbio em moeda estrangeira, detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN 3.082/2002.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A CAIXA aplica a metodologia de hedge contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria hedge de risco de mercado. As variações no valor justo desses derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto ajusta o valor escriturado do item coberto em contrapartida ao resultado do período. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil, avaliado ao custo, de um item protegido por hedge é amortizado no resultado durante o período até o vencimento do instrumento financeiro. Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6.

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A CSLL é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

A composição das despesas antecipadas é apresentada na Nota 10.

(k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

(l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear sem valor residual. O valor depreciável do ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis econômicas:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor, são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelece a Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de *software* e de aquisição de folhas de pagamento, que se referem a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas e possuem as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata dia*.

A composição dos depósitos e das captações no mercado aberto, seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, bem como dos recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses são apresentados nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Nas operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, e são detalhadas na Nota 15 (b).

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos contingentes: são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;

- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis intermediárias.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência média são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo de 11,25% sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento se iniciou a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(r) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata dia* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata dia*.

(s) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis intermediárias e a data de autorização para a sua emissão e são compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data das contábeis intermediárias;
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis intermediárias.

(t) Reapresentação de Saldos Comparativos

Mudança de prática contábil – Benefícios a Empregados

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2011 e 31/12/2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em razão da mudança do critério de contabilização dos benefícios a empregados, nos termos descritos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Até 31 de dezembro de 2012, o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais seguia o “método do corredor”. A partir de 2013, foi aplicada a norma revisada do CPC 33, onde os eventuais ganhos/perdas atuariais passaram a ser reconhecidos, respectivamente, como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

Os reconhecimentos em resultado provenientes da aplicação do CPC 33 (R1) são imateriais, desta forma, os componentes da Demonstração do Resultado não estão sendo reapresentados.

Mudança de prática contábil – Contas Encerradas por Inconformidades Cadastrais

Em novembro de 2013, a CAIXA recebeu ofício, emitido pelo Banco Central do Brasil, contendo orientação específica para tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O atendimento ao estipulado implicou na ocorrência de mudança da política contábil adotada pela CAIXA referente ao tratamento conferido ao saldo dessas contas.

Anteriormente ao recebimento do ofício, a CAIXA classificava o saldo oriundo das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais como passivos contingentes devido à remota possibilidade de desembolsos futuros desses valores, que dessa forma eram reconhecidos em resultado em contrapartida à baixa do passivo. Todavia, com o advento da orientação do regulador, os valores em questão passaram a ser reconhecidos em rubricas contábeis representativas de depósitos.

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a nova prática contábil foi aplicada de forma retrospectiva e os efeitos de sua alteração foram reconhecidos em contrapartida ao patrimônio líquido, sendo os saldos comparativos recompostos para fins de apresentação dessas demonstrações contábeis.

Os efeitos nas contas patrimoniais de 31/12/2012 relativos à aplicação do CPC 33 (R1) e da mudança de prática contábil referente ao tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir, destacando-se que os impactos dos ajustes do CPC 33 (R1) na base de créditos tributários são imateriais, considerando a realização em 10 anos.

Descrição	31/12/2012					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	350.905.556	351.547.176	312.626	312.626	351.218.182	351.859.802
Outros créditos	29.091.187	29.234.363	312.626	312.626	29.403.813	29.546.989
Diversos (1)	26.779.048	26.781.887	312.626	312.626	27.091.674	27.094.513
Não circulante	352.034.110	351.347.795	-	-	352.034.110	351.347.795
Total do Ativo	702.939.666	702.894.971			703.252.292	703.207.597
Passivo e Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	442.342.112	442.297.417	1.323.289	1.323.289	443.665.401	443.620.706
Depósitos	279.990.109	279.989.979	739.072	739.072	280.729.181	280.729.051
Depósitos à vista (2)	27.381.103	27.381.099	4.468	4.468	27.385.571	27.385.567
Depósitos de poupança (2)	175.566.036	175.566.036	732.586	732.586	176.298.622	176.298.622
Depósitos especiais e de fundos e programas (2)	9.265.546	9.265.546	2.018	2.018	9.267.564	9.267.564
Outras obrigações	50.374.218	50.529.062	584.217	584.217	50.958.435	51.113.279
Diversas (3)	34.081.591	34.081.866	584.217	584.217	34.665.808	34.666.083
Não circulante	235.540.610	235.540.610	-	-	235.540.610	235.540.610
Patrimônio líquido	25.056.944	25.056.944	(1.010.663)	(1.010.663)	24.046.281	24.046.281
Ajuste de avaliação patrimonial (3)	(114.087)	(114.087)	(584.217)	(584.217)	(698.304)	(698.304)
Lucros acumulados (4)	-	-	(426.446)	(426.446)	(426.446)	(426.446)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	702.939.666	702.894.971			703.252.292	703.207.597

(1) Impostos a compensar relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(2) Reconhecimento de passivos relativo à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(3) Ajustes pela mudança de prática de benefícios a empregados.

(4) Impactos relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas, líquidos dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os efeitos nas contas patrimoniais de 31/03/2013 relativos à mudança de prática contábil referente ao tratamento dos saldos das contas de depósitos encerradas por inconformidades cadastrais são demonstrados a seguir.

Descrição	31/03/2013					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	399.274.551	399.966.387	312.626	312.626	399.587.177	400.279.013
Outros créditos	26.711.935	26.925.910	312.626	312.626	27.024.561	27.238.536
Diversos (1)	24.193.855	24.195.475	312.626	312.626	24.506.481	24.508.101
Não circulante	331.809.184	331.072.830	-	-	331.809.184	331.072.830
Total do Ativo	731.083.735	731.039.217			731.396.361	731.351.843
Passivo e Patrimônio Líquido	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual	Consolidado
Circulante	441.582.412	441.537.894	739.072	739.072	442.321.484	442.276.966
Depósitos	272.069.929	272.060.306	739.072	739.072	272.809.001	272.799.378
Depósitos à vista (2)	24.621.585	24.621.585	4.468	4.468	24.626.053	24.626.053
Depósitos de poupança (2)	181.534.284	181.534.284	732.586	732.586	182.266.870	182.266.870
Depósitos especiais e de fundos e programas (2)	11.757.294	11.757.294	2.018	2.018	11.759.312	11.759.312
Não circulante	264.069.323	264.069.323	-	-	264.069.323	264.069.323
Patrimônio líquido	25.432.000	25.432.000	(426.446)	(426.446)	25.005.554	25.005.554
Lucros acumulados (3)	1.001.399	1.001.399	(426.446)	(426.446)	574.953	574.953
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	731.083.735	731.039.217			731.396.361	731.351.843

(1) Impostos a compensar relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(2) Reconhecimento de passivos relativo à mudança de prática contábil das contas encerradas.

(3) Impactos relativos à mudança de prática contábil das contas encerradas, líquidos dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Total de Disponibilidades (caixa)	10.130.627	11.480.407	7.070.275
Disponibilidade em moeda nacional	7.205.163	8.208.226	5.589.357
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.925.464	3.272.181	1.480.918
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	74.083.186	37.232.669	66.574.536
Total	84.213.813	48.713.076	73.644.811

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	5.868.844	-	5.868.844	4.473.645	24.839.555
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	100.997	14.803.038
Letras do Tesouro Nacional	5.868.844	-	5.868.844	2.637.397	8.009.141
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	1.735.251	2.027.376
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	68.214.342	-	68.214.342	32.759.024	40.796.689
Letras Financeiras do Tesouro	6.349.669	-	6.349.669	11.103.849	-
Letras do Tesouro Nacional	10.134.698	-	10.134.698	10.315.230	29.508.404
Notas do Tesouro Nacional	51.729.975	-	51.729.975	11.339.945	11.288.285
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.551.260	3.212.920	7.764.180	7.671.673	3.610.669
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.551.445	3.213.200	7.764.645	7.672.360	3.610.954
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	(185)	(280)	(465)	(687)	(285)
Total - ativo circulante	78.634.446	3.212.920	81.847.366	44.904.342	69.246.913

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Rendas de aplicações no mercado aberto	2.396.398	1.695.792	1.334.325
Posição bancada	305.550	58.734	441.796
Posição financiada	2.090.848	1.637.058	892.529
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	139.432	106.466	49.232
Total	2.535.830	1.802.258	1.383.557

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
(a) Composição

CAIXA INDIVIDUAL						
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	62.678.816	66.961.305	4.207.178	968	-	133.848.267
Letras Financeiras do Tesouro	112.022	406.544	5.536	-	-	524.102
Letras do Tesouro Nacional	61.501.712	33.684.979	4.199.259	968	-	99.386.918
Notas do Tesouro Nacional	1.055.087	32.869.782	2.383	-	-	33.927.252
Tesouro Nacional/ Securitização	9.995	-	-	-	-	9.995
Títulos - Empresas	13.031.566	3.658.815	-	-	-	16.690.381
Debêntures	3.359.977	3.658.815	-	-	-	7.018.792
Letras de Crédito Imobiliário	672.245	-	-	-	-	672.245
Letras Financeiras	217.305	-	-	-	-	217.305
Cotas de Fundos	55.735	-	-	-	-	55.735
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.002.581	-	-	-	-	1.002.581
Ações	7.723.723	-	-	-	-	7.723.723
Outros	-	-	-	-	127.105	127.105
Total em 31/03/2014	75.710.382	70.620.120	4.207.178	968	127.105	150.665.753
Total em 31/12/2013	72.925.609	85.191.774	4.287.812	944	260.317	162.666.456
Total em 31/03/2013	79.587.231	58.298.361	2.012.321	874	54.220	139.953.007

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CAIXA CONSOLIDADO						
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompensa	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	62.678.816	66.961.305	4.207.178	968	-	133.848.267
Letras Financeiras do Tesouro	112.022	406.544	5.536	-	-	524.102
Letras do Tesouro Nacional	61.501.712	33.684.979	4.199.259	968	-	99.386.918
Notas do Tesouro Nacional	1.055.087	32.869.782	2.383	-	-	33.927.252
Tesouro Nacional/ Securitização	9.995	-	-	-	-	9.995
Títulos - Empresas	13.713.081	3.658.815	-	-	-	17.371.896
Debêntures	3.359.977	3.658.815	-	-	-	7.018.792
Letras de Crédito Imobiliário	672.245	-	-	-	-	672.245
Letras Financeiras	217.305	-	-	-	-	217.305
Cotas de Fundos	55.735	-	-	-	-	55.735
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.002.581	-	-	-	-	1.002.581
Ações	8.405.238	-	-	-	-	8.405.238
Outros	-	-	-	-	127.105	127.105
Total em 31/03/2014	76.391.897	70.620.120	4.207.178	968	127.105	151.347.268
Total em 31/12/2013	73.547.377	85.191.774	4.287.812	944	260.317	163.288.224
Total em 31/03/2013	80.065.092	58.298.361	2.012.321	874	54.220	140.430.868

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL										
Posição em 31/03/2014	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. Líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos - Brasil	135.457.369	(1.607.115)	(1.987)	133.848.267	132.783.048	-	13.737.511	12.133.211	25.104.345	82.873.200
Letras Financeiras do Tesouro	524.100	2	-	524.102	524.180	-	-	512.961	4.649	6.492
Letras do Tesouro Nacional	100.992.869	(1.605.951)	-	99.386.918	99.295.193	-	13.737.511	11.040.675	25.099.696	49.509.036
Notas do Tesouro Nacional	33.926.309	(1.166)	2.109	33.927.252	32.953.680	-	-	579.575	-	33.347.677
Tesouro Nacional/Securitização	14.091	-	(4.096)	9.995	9.995	-	-	-	-	9.995
Títulos - Empresas	18.287.667	138	(1.597.424)	16.690.381	16.690.381	7.779.458	34.997	45.443	472.441	8.358.042
Debêntures	7.069.332	121	(50.661)	7.018.792	7.018.792	-	34.997	-	14.126	6.969.669
Letras de Crédito Imobiliário	672.042	-	203	672.245	672.245	-	-	45.443	316.947	309.855
Letras Financeiras	217.230	-	75	217.305	217.305	-	-	-	141.368	75.937
Cotas de Fundos	55.735	-	-	55.735	55.735	55.735	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	984.973	17	17.591	1.002.581	1.002.581	-	-	-	-	1.002.581
Ações	9.288.355	-	(1.564.632)	7.723.723	7.723.723	7.723.723	-	-	-	-
Total – TVM	153.745.036	(1.606.977)	(1.599.411)	150.538.648	149.473.429	7.779.458	13.772.508	12.178.654	25.576.786	91.231.242
Para negociação (3)	89.848.198	(1.606.977)	-	88.241.221	88.241.221	22.619	13.737.511	11.051.242	19.644.929	43.784.920
Disponíveis para Venda	17.887.190	-	(1.599.411)	16.287.779	16.287.779	7.756.839	34.997	45.443	458.315	7.992.185
Mantidos até o Vencimento (4)	46.009.648	-	-	46.009.648	44.944.429	-	-	1.081.969	5.473.542	39.454.137
Instrumentos Financeiros Derivativos	127.105	-	-	127.105	127.105	-	2.875	138	19.030	105.062
Total – TVM e Derivativos	153.872.141	(1.606.977)	(1.599.411)	150.665.753	149.600.534	7.779.458	13.775.383	12.178.792	25.595.816	91.336.304

(1) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

(2) Prov. p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrim. Líquido). O efeito da marcação a mercado registrada no Patrim. Líquido é de (915.024); 31/12/2013 – (470.697); 31/03/2013 – (657.472), líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO										
Posição em 31/03/2014	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos	135.457.369	(1.607.115)	(1.987)	133.848.267	132.783.048	-	13.737.511	12.133.211	25.104.345	82.873.200
Letras Financeiras do Tesouro	524.100	2	-	524.102	524.180	-	-	512.961	4.649	6.492
Letras do Tesouro Nacional	100.992.869	(1.605.951)	-	99.386.918	99.295.193	-	13.737.511	11.040.675	25.099.696	49.509.036
Notas do Tesouro Nacional	33.926.309	(1.166)	2.109	33.927.252	32.953.680	-	-	579.575	-	33.347.677
Tesouro Nacional/Securitização	14.091	-	(4.096)	9.995	9.995	-	-	-	-	9.995
Títulos - Empresas	18.385.307	138	(1.013.549)	17.371.896	17.371.896	8.460.973	34.997	45.443	472.441	8.358.042
Debêntures	7.069.332	121	(50.661)	7.018.792	7.018.792	-	34.997	-	14.126	6.969.669
Letras de Crédito Imobiliário	672.042	-	203	672.245	672.245	-	-	45.443	316.947	309.855
Letras Financeiras	217.230	-	75	217.305	217.305	-	-	-	141.368	75.937
Cotas de Fundos	55.735	-	-	55.735	55.735	55.735	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	984.973	17	17.591	1.002.581	1.002.581	-	-	-	-	1.002.581
Ações	9.385.995	-	(980.757)	8.405.238	8.405.238	8.405.238	-	-	-	-
Total – TVM	153.842.676	(1.606.977)	(1.015.536)	151.220.163	150.154.944	8.460.973	13.772.508	12.178.654	25.576.786	91.231.242
Para negociação (3)	89.848.198	(1.606.977)	-	88.241.221	88.241.221	22.619	13.737.511	11.051.242	19.644.929	43.784.920
Disponíveis para Venda	17.984.830	-	(1.015.536)	16.969.294	16.969.294	8.438.354	34.997	45.443	458.315	7.992.185
Mantidos até o Vencimento (4)	46.009.648	-	-	46.009.648	44.944.429	-	-	1.081.969	5.473.542	39.454.137
Instrumentos Financeiros Derivativos	127.105	-	-	127.105	127.105	-	2.875	138	19.030	105.062
Total – TVM e Derivativos	153.969.781	(1.606.977)	(1.015.536)	151.347.268	150.282.049	8.460.973	13.775.383	12.178.792	25.595.816	91.336.304

(1) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Resultado);

(2) Provisão p/ Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido). Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (331.149); 31/12/2013 – (179.176+); 31/03/2013 – (524.606), líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido;

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO														
Descrição	31/03/2014								31/12/2013			31/03/2013		
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	13.737.511	11.051.242	19.630.803	43.782.485	89.809.156	(1.607.115)	88.202.041	100.473.254	(1.774.312)	98.698.942	77.048.153	201.785	77.249.938
LFT	-	-	10.567	4.649	6.492	21.706	2	21.708	1.625.709	(9)	1.625.700	1.510.217	(64)	1.510.153
LTN	-	13.737.511	11.040.675	19.626.154	43.766.613	89.776.904	(1.605.951)	88.170.953	95.143.030	(1.772.513)	93.370.517	73.776.994	217.368	73.994.362
NTN	-	-	-	-	9.380	10.546	(1.166)	9.380	3.704.515	(1.790)	3.702.725	1.760.942	(15.519)	1.745.423
Títulos - Empresas	22.619	-	-	14.126	2.435	39.042	138	39.180	42.591	257	42.848	48.668	792	49.460
Debêntures	-	-	-	14.126	-	14.005	121	14.126	14.361	217	14.578	13.228	658	13.886
Cotas de Fundos	22.619	-	-	-	-	22.619	-	22.619	25.569	-	25.569	31.868	-	31.868
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	2.435	2.418	17	2.435	2.661	40	2.701	3.572	134	3.706
Total	22.619	13.737.511	11.051.242	19.644.929	43.784.920	89.848.198	(1.606.977)	88.241.221	100.515.845	(1.774.055)	98.741.790	77.096.821	202.577	77.299.398

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

CAIXA INDIVIDUAL														
Descrição	31/03/2014							31/12/2013			31/03/2013			
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	16.821	18.808	(1.987)	16.821	19.064	(1.822)	17.242	73.318	(43)	73.275
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.775	(40)	53.735
NTN	-	-	-	-	6.826	4.717	2.109	6.826	4.728	2.193	6.921	4.413	3.621	8.034
Tesouro Nacional/Securitizados	-	-	-	-	9.995	14.091	(4.096)	9.995	14.336	(4.015)	10.321	15.130	(3.624)	11.506
Títulos – Empresas	7.756.839	34.997	45.443	458.315	7.975.364	17.868.382	(1.597.424)	16.270.958	17.743.193	(820.933)	16.922.260	17.378.714	(1.149.350)	16.229.364
Debêntures	-	34.997	-	-	6.969.669	7.055.327	(50.661)	7.004.666	7.009.647	(68.414)	6.941.233	6.750.762	(30.989)	6.719.773
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	45.443	316.947	309.855	672.042	203	672.245	582.007	(77)	581.930	477.006	(438)	476.568
Letras Financeiras	-	-	-	141.368	75.937	217.230	75	217.305	211.709	(6)	211.703	129.114	(33)	129.081
Cotas de Fundos	33.116	-	-	-	-	33.116	-	33.116	32.960	-	32.960	12.017	-	12.017
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	619.903	602.312	17.591	619.903	618.515	31.545	650.060	669.069	92.426	761.495
Ações	7.723.723	-	-	-	-	9.288.355	(1.564.632)	7.723.723	9.288.355	(783.981)	8.504.374	9.340.746	(1.210.316)	8.130.430
Total	7.756.839	34.997	45.443	458.315	7.992.185	17.887.190	(1.599.411)	16.287.779	17.762.257	(822.755)	16.939.502	17.452.032	(1.149.393)	16.302.639

(1) Ajuste a Valor de Mercado (Patrim. Líquido). O efeito da marcação a mercado registrada no Patrim. Líquido é de (915.024); 31/12/2013 – (470.697); 31/03/2013 – (657.472), líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO														
Descrição	31/03/2014						31/12/2013			31/03/2013				
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	16.821	18.808	(1.987)	16.821	19.064	(1.822)	17.242	73.318	(43)	73.275
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.775	(40)	53.735
NTN	-	-	-	-	6.826	4.717	2.109	6.826	4.728	2.193	6.921	4.413	3.621	8.034
Tesouro Nacional/Securitizados	-	-	-	-	9.995	14.091	(4.096)	9.995	14.336	(4.015)	10.321	15.130	(3.624)	11.506
Títulos – Empresas	8.438.354	34.997	45.443	458.315	7.975.364	17.966.022	(1.013.549)	16.952.473	17.840.833	(296.805)	17.544.028	17.726.709	(1.019.484)	16.707.225
Debêntures	-	34.997	-	-	6.969.669	7.055.327	(50.661)	7.004.666	7.009.647	(68.414)	6.941.233	6.750.762	(30.989)	6.719.773
Letras de Crédito Imobiliário	-	-	45.443	316.947	309.855	672.042	203	672.245	582.007	(77)	581.930	477.006	(438)	476.568
Letras Financeiras	-	-	-	141.368	75.937	217.230	75	217.305	211.709	(6)	211.703	129.114	(33)	129.081
Cotas de Fundos	33.116	-	-	-	-	33.116	-	33.116	32.960	-	32.960	12.017	-	12.017
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	619.903	602.312	17.591	619.903	618.515	31.545	650.060	669.069	92.426	761.495
Ações	8.405.238	-	-	-	-	9.385.995	(980.757)	8.405.238	9.385.995	(259.853)	9.126.142	9.688.741	(1.080.450)	8.608.291
Total	8.438.354	34.997	45.443	458.315	7.992.185	17.984.830	(1.015.536)	16.969.294	17.859.897	(298.627)	17.561.270	17.800.027	(1.019.527)	16.780.500

(1) Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio Líquido). Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (331.149); 31/12/2013 – (179.176+); 31/03/2013 – (524.606), líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	31/03/2014						31/12/2013		31/03/2013	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos Públicos	-	1.081.969	5.473.542	39.073.894	45.629.405	44.564.188	46.328.668	45.740.302	46.089.735	51.712.979
LFT	-	502.394	-	-	502.394	502.472	3.545.568	3.545.716	3.353.711	3.354.066
LTN	-	-	5.473.542	5.742.423	11.215.965	11.124.242	10.051.095	10.015.601	9.277.805	9.675.861
NTN	-	579.575	-	33.331.471	33.911.046	32.937.474	32.732.005	32.178.985	33.458.219	38.683.052
Títulos - Empresas	-	-	-	380.243	380.243	380.243	396.179	396.179	207.015	249.912
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	380.243	380.243	380.243	396.179	396.179	207.015	249.912
Total	-	1.081.969	5.473.542	39.454.137	46.009.648	44.944.431	46.724.847	46.136.481	46.296.750	51.962.891

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.798.637	1.959.915	613.980
Ativos financeiros disponíveis para venda	288.061	270.253	73.501
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.473.742	1.303.767	1.513.350
Outros	(2.913)	(352)	(1.421)
Total	3.557.527	3.533.583	2.199.410

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos. Esses valores são calculados entre as partes. Neste tipo de registro, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito, até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil**(f.1) Emissão Externa – Notas Sêniores 1ª e 2ª séries**

No dia 05/11/2012, a CAIXA realizou a emissão externa de duas séries de títulos com vencimento em 2017 (1ª série – US\$ 1.000.000.000) e 2022 (2ª série – US\$ 500.000.000), em dólares americanos e com pagamento de juros prefixados semestrais de 2,375% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente.

Adicionalmente, os pagamentos semestrais exigem o pagamento de 15% sobre cada parcela de juros a título de tributo a ser pago no país da emissão.

Mantido no país da emissão, a operação expõe a CAIXA ao risco de variação da taxa de cupom de dólar, no entanto, a internalização dos recursos captados adiciona ao risco da variação do dólar, o que resultou na realização de operações de swap para a proteção destes riscos, formalizado como hedge de valor justo conforme abaixo:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge de valor justo tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar das notas sêniores, objeto do hedge, conforme descrito:

- Variação cambial do cupom:
 - 1ª série, 2,375% a.a. sobre US\$ 1 bilhão ou US\$ 11,9 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2017;
 - 2ª série, 3,50% a.a. sobre US\$ 500 milhões ou US\$ 8,8 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2022.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- variação cambial do principal:
 - 1ª série, US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2017;
 - 2ª série, US\$ 500 milhões, com vencimento em 2022.
- variação cambial do imposto devido de 15% sobre o cupom a pagar:
 - 1ª série, US\$ 2,1 milhões semestrais;
 - 2ª série, US\$ 1,5 milhões semestrais.

Valor Justo do Objeto do Hedge			
Notas Sêniores	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
1ª Série	2.327.736	2.357.153	2.161.653
2ª Série	1.171.845	1.153.619	1.062.844
Total	3.499.581	3.510.772	3.224.497

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se manteve em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002.

(f.2) Letras Financeiras – Cupom IPCA

Desde Agosto de 2013 a CAIXA realiza a captação de recursos por meio da emissão de Letras Financeiras indexadas ao IPCA, protegendo a variação do valor justo do passivo com a contratação de operações de Swap.

As operações foram formalmente classificadas como hedge contábil de valor justo, e tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Valor Justo do Objeto do Hedge		
Letra Financeira	31/03/2014	31/12/2013
15/08/2023	199.536	195.550
18/09/2023	30.302	29.789
13/11/2023	348.664	345.899
23/12/2020	10.522	10.316
11/01/2021 (1)	5.238	5.000
01/02/2021 (1)	5.380	5.000
11/02/2019 (1)	1.042	1.000
10/02/2020 (1)	1.428	1.360
13/02/2019 (1)	5.021	4.800
Total	607.133	598.714

(1) Para os títulos emitidos a partir de JAN/14 os valores referentes à 31/12/2013 correspondem aos valores de emissão

Por haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade do hedge manteve-se em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN 3.082/2002.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de mercado:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	31/03/2014					31/12/2013	31/03/2013
	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/ Valor Referencial							
Contratos Futuros	7.260.757	11.041.550	13.417.804	42.971.508	74.691.619	93.986.048	63.678.926
Contratos de Swaps	61.954	5.468	432.608	5.477.019	5.977.049	5.737.232	260.638

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	31/03/2014					31/12/2013	31/03/2013
	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas Patrimoniais							
Swap posição comprada – a receber	2.875	138	19.030	105.062	127.105	260.317	54.220
Swap posição vendida – a pagar	544	375	11.483	153.542	165.944	89.171	535

(h) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Swap	(210.097)	(37.591)	(40)
Futuro	167.575	306.387	416.255
Total realizado	(42.522)	268.796	416.215
Swap - não realizado	-	-	1.181

(i) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Títulos públicos	4.208.146	4.288.756	2.013.195
Notas do Tesouro Nacional	2.383	5.039	2.491
Letras do Tesouro Nacional	4.200.227	4.280.627	2.005.971
Letras Financeiras do Tesouro	5.536	3.090	4.733

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto não são considerados equivalentes de caixa.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Remuneração	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	6.652.835	5.248.104	7.435.021
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	42.708.243	41.509.247	36.090.300
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	11.566.988	10.127.075	8.641.952
Recursos do crédito rural	Não remunerado	350.856	1.021.462	-
Compulsório adicional	Taxa SELIC	29.555.930	28.282.632	25.135.141
Total		90.834.852	86.188.520	77.302.414

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
	Total Crédito	Total Crédito	Total Crédito
FGTS a ressarcir	91.949	81.879	65.557
FCVS a receber	24.246.111	23.903.656	22.793.203
Não habilitados (1)	1.242.615	1.359.783	1.684.946
Habilitados e não homologados (2)	7.355.215	7.139.629	6.693.714
Habilitados e homologados (3)	15.648.281	15.404.244	14.414.543
Provisão FCVS a receber	(3.221.451)	(3.187.964)	(3.028.306)
Total (líquido de provisão)	21.116.609	20.797.571	19.830.454

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA possui um estoque de 6.658 contratos de financiamentos assinados até 05/12/90 com cláusula de cobertura do FCVS já novados, que se encontra com negativa de cobertura pelo Fundo, em razão da multiplicidade de financiamento apresentada no CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários, que totalizam R\$ 993.154. Para estes casos, o posicionamento estabelecido pelo CCFCVS – Conselho Curador do FCVS é no sentido de que os mutuários descumpriram a legislação do SFH/FCVS, em especial na disposição contida inicialmente no § 1º do artigo 9º da Lei 4.380/64, vigente no momento da celebração dos financiamentos pelos Agentes Financeiros. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça - STJ, por meio do julgamento de Recurso Repetitivo (RESP 1.133.769/RN), cuja matéria apreciada envolve multiplicidade de financiamentos firmados no SFH, reconheceu a regularidade dos contratos habitacionais assinados até 05/12/90 para efeitos de cobertura do FCVS definindo, em sentença, a responsabilidade do Fundo sobre o saldo devedor remanescente.

Considerando que ficou assegurada judicialmente a quitação da dívida pelo FCVS, a CAIXA aguarda as providências necessárias pelo Fundo de forma a reconhecer a aplicação automática da jurisprudência para os contratos que se encontram com negativa de cobertura por multiplicidade de financiamentos assinados até 05/12/90. Até dezembro de 2012, este montante estava registrado em subconta redutora do ativo FCVS a Receber. Em 2013 este valor foi reclassificado para o passivo em subconta de Outras Obrigações.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Créditos vinculados ao BACEN	1.651.447	1.559.128	986.568
Créditos vinculados ao SFH	388.841	353.849	262.635
Total	2.040.289	1.912.977	1.249.203

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito
(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Empréstimos e Títulos descontados	24.108.789	66.519.329	21.100.856	20.863.551	5.868.342	2.831.581	1.087.600	936.000	5.140.281	148.456.329	141.039.919	113.181.147
Financiamentos	9.690.552	12.271.072	1.889.235	2.006.611	2.907.120	393.535	287.840	252.531	2.730.452	32.428.948	31.005.465	20.669.848
Financiamentos rurais e agroindustriais	320.571	907.912	657.099	748.800	70.479	1.172	1.530	786	1.505	2.709.854	1.997.399	206.924
Financiamentos Imobiliários	85.846.525	124.522.323	31.154.472	27.331.926	5.375.277	1.289.258	732.273	522.592	7.532.025	284.306.671	270.392.302	220.202.675
Financiamentos de Infraestrutura	24.150.235	14.423.548	15.050	2.617	42.825	725.607	-	-	185.257	39.545.139	36.837.628	26.031.280
Cessão de créditos	-	3.962.044	47.255	22.814	10.726	6.200	3.078	2.217	3.564	4.057.898	4.215.073	2.334.821
Outros Créditos (Nota 9 (d))	180.463	4.650.020	2.273.216	677.404	140.066	175.837	16.104	13.302	161.809	8.288.221	8.749.294	8.022.906
Total	144.297.135	227.256.248	57.137.183	51.653.723	14.414.835	5.423.190	2.128.425	1.727.428	15.754.893	519.793.060	494.237.080	390.649.601
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	-	(1.136.282)	(571.373)	(1.549.616)	(1.441.485)	(1.626.982)	(1.064.213)	(1.209.199)	(15.754.893)	(24.354.043)	(23.966.296)	(20.724.487)
Total líq. de provisões em 31/03/2014	144.297.135	226.119.966	56.565.810	50.104.107	12.973.350	3.796.208	1.064.212	518.229	-	495.439.017	-	-
Total líq. de provisões em 31/12/2013	54.675.049	269.967.341	59.769.058	70.125.055	10.457.162	3.704.357	1.042.806	529.956	-	-	470.270.784	-
Total líq. de Provisões em 31/03/2013	40.522.609	185.647.930	57.762.082	69.040.234	12.203.447	3.494.972	876.015	377.825	-	-	-	369.925.114

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Empréstimos e títulos descontados	(332.597)	(211.009)	(625.907)	(586.834)	(849.474)	(543.800)	(655.200)	(5.140.281)	(8.945.102)	(7.809.150)	(6.322.875)
Financiamentos	(61.355)	(18.892)	(60.198)	(290.712)	(118.061)	(143.920)	(176.772)	(2.730.452)	(3.600.362)	(3.028.291)	(1.949.795)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(4.540)	(6.571)	(22.464)	(7.048)	(352)	(765)	(550)	(1.505)	(43.795)	(33.107)	(3.255)
Financiamentos imobiliários	(622.612)	(311.545)	(819.958)	(537.528)	(386.802)	(366.137)	(365.814)	(7.532.025)	(10.942.421)	(12.109.996)	(11.746.928)
Financiamentos de infraestrutura	(72.118)	(151)	(79)	(4.283)	(217.682)	-	-	(185.257)	(479.570)	(633.356)	(336.512)
Cessão de créditos	(19.810)	(473)	(684)	(1.073)	(1.860)	(1.539)	(1.552)	(3.563)	(30.554)	(28.627)	(69.963)
Outros créditos (Nota 9 (d))	(23.250)	(22.732)	(20.326)	(14.007)	(52.751)	(8.052)	(9.311)	(161.810)	(312.239)	(323.769)	(295.159)
Total	(1.136.282)	(571.373)	(1.549.616)	(1.441.485)	(1.626.982)	(1.064.213)	(1.209.199)	(15.754.893)	(24.354.043)	(23.966.296)	(20.724.487)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

Com relação ao montante de crédito em Curso Anormal (Nota 8 (c2)), destaca-se a alteração no critério de classificação do Crédito Imobiliário. Até 31/12/2012, a CAIXA considerou como em situação anormal qualquer contrato de crédito habitacional em dia, mas com resíduos a liquidar de prestações pagas. A partir do exercício de 2013 estes contratos estão classificados como em curso normal refletindo a atual situação das operações.

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
01 a 30 dias	3.132.251	9.051.996	2.322.018	2.092.912	685.707	176.075	49.990	40.601	412.378	17.963.928	16.596.864	62.744.182
31 a 60 dias	2.096.956	5.956.794	1.380.026	1.344.152	385.776	110.446	23.134	18.544	216.709	11.532.537	10.662.566	6.376.204
61 a 90 dias	1.823.089	5.387.444	1.256.807	1.214.764	342.635	97.500	19.175	16.504	196.853	10.354.771	9.748.258	5.738.362
91 a 180 dias	5.115.294	14.496.409	3.374.633	3.209.174	896.141	261.636	51.006	43.063	515.525	27.962.881	26.607.940	15.721.516
181 a 360 dias	9.191.894	22.203.178	5.508.276	4.871.035	1.402.780	434.197	55.881	44.819	607.562	44.319.622	42.989.482	25.089.175
Acima de 360 dias	122.697.704	163.127.799	31.552.001	26.706.209	5.930.665	1.931.549	195.567	146.177	3.926.862	356.214.533	343.330.425	236.576.556
Total	144.057.188	220.223.620	45.393.761	39.438.246	9.643.704	3.011.403	394.753	309.708	5.875.889	468.348.272	449.935.535	352.245.995

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Parcelas Vencidas	2.706	86.770	728.423	826.691	1.126.929	627.881	556.612	521.913	3.559.551	8.037.476	6.725.866	12.842.396
01 a 30 dias	2.706	86.770	628.075	445.305	552.943	97.499	63.335	48.141	345.919	2.270.693	1.529.006	3.717.494
31 a 60 dias	-	-	97.764	311.457	150.344	71.909	50.821	37.009	232.344	951.648	889.890	2.543.473
61 a 90 dias	-	-	2.584	52.071	375.716	110.209	61.392	43.614	250.899	896.485	828.776	1.366.949
91 a 180 dias	-	-	-	17.858	47.211	333.293	361.205	371.833	757.173	1.888.573	1.726.348	2.370.408
181 a 360 dias	-	-	-	-	715	14.971	19.859	21.225	1.893.706	1.950.476	1.715.073	2.724.965
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	91	79.510	79.601	36.773	119.107
Parcelas Vincendas	237.241	6.945.858	11.014.999	11.388.786	3.644.202	1.783.906	1.177.060	895.807	6.319.453	43.407.312	37.575.679	25.561.210
01 a 30 dias	4.998	85.541	174.010	215.913	97.701	53.648	40.215	29.868	189.255	891.149	752.507	466.862
31 a 60 dias	4.994	82.922	169.642	188.097	93.677	51.431	37.994	28.653	177.215	834.625	691.109	307.482
61 a 90 dias	4.993	82.792	167.555	185.222	91.697	50.049	37.122	27.867	170.468	817.765	675.763	308.352
91 a 180 dias	14.947	243.256	483.244	533.622	264.141	143.084	98.292	78.264	479.289	2.338.139	1.936.228	918.864
181 a 360 dias	29.809	473.933	892.336	980.239	477.207	251.955	165.325	137.568	841.218	4.249.590	3.527.509	1.805.937
Acima de 360 dias	177.500	5.977.414	9.128.212	9.285.693	2.619.779	1.233.739	798.112	593.587	4.462.008	34.276.044	29.992.563	21.753.713
Total	239.947	7.032.628	11.743.422	12.215.477	4.771.131	2.411.787	1.733.672	1.417.720	9.879.004	51.444.788	44.301.545	38.403.606

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
SETOR PÚBLICO	38.749.209	37.076.753	28.356.274
Administração Direta	21.602.968	20.202.347	15.888.868
Administração Indireta – Petroquímico	11.437.803	11.241.113	8.234.353
Administração Indireta – Saneamento e Infraestrutura	3.719.092	3.643.837	3.206.765
Administração Indireta – Outros	1.989.346	1.989.456	1.026.288
SETOR PRIVADO	481.043.851	457.160.327	362.293.327
PESSOA JURÍDICA	109.183.257	104.196.494	82.148.100
Comércio varejista	25.332.404	23.923.477	17.505.096
Construção civil	12.004.605	11.450.176	9.642.029
Siderurgia e Metalurgia	9.599.102	9.520.536	9.043.722
Energia elétrica	8.351.434	7.845.936	6.268.758
Serviços financeiros	4.985.072	5.081.949	5.683.724
Outras indústrias	6.991.996	6.800.733	4.888.516
Transporte	7.295.114	6.729.159	3.344.136
Agronegócio e Extrativismo	4.000.784	4.156.287	4.429.434
Comércio atacadista	5.371.130	4.989.191	3.353.474
Saúde	3.520.898	3.393.988	2.700.144
Saneamento e infraestrutura	2.997.535	2.713.321	2.285.057
Petroquímico	2.217.433	2.190.992	1.886.841
Têxtil	2.052.306	1.979.412	1.550.090
Comunicação	1.672.074	1.672.045	1.466.246
Alimentação	1.913.725	1.808.854	1.267.614
Serviços pessoais	369.399	344.604	233.930
Outros serviços	10.508.246	9.595.834	6.599.289
PESSOA FÍSICA	371.860.594	352.963.833	280.145.227
Total	519.793.060	494.237.080	390.649.601

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Receitas de operação de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014		2013
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	7.805.731	6.931.060	4.646.594
Financiamentos rurais e agroindustriais	31.472	19.275	2.012
Financiamentos imobiliários	5.888.246	5.589.615	4.212.076
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	752.643	648.235	454.317
Outros créditos	1.735	1.714	573.998
Total	14.479.827	13.189.899	9.888.997

(f) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/03/2014	%	31/12/2013	%	31/03/2013	%
Principal devedor	11.437.803	2,20	11.241.112	2,27	8.234.353	2,11
10 maiores devedores	37.852.761	7,28	37.348.218	7,56	31.373.453	8,04
20 maiores devedores	49.244.758	9,47	48.329.868	9,78	40.272.900	10,32
50 maiores devedores	64.281.469	12,37	62.507.566	12,65	51.961.723	13,32
100 maiores devedores	73.536.065	14,15	71.162.847	14,40	58.890.714	15,09

(g) Movimentação da carteira de renegociação

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014		2013
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Operações Renegociadas	2.491.770	1.819.706	1.119.668
Operações Comerciais	2.212.821	1.758.647	897.514
Operações Habitacionais	278.949	61.059	222.154
Operações Recuperadas	280.443	329.771	262.541
Operações Comerciais	235.201	327.244	68.281
Operações Habitacionais	45.242	2.527	194.260

(h) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014		2013
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Saldo inicial	(23.966.296)	(22.755.062)	(19.921.098)
Constituição de provisão no período	(2.512.992)	1.188.018	(2.080.451)
Reversão de provisão no período	34.776	(3.701.633)	-
Transferência para prejuízo	1.962.949	1.302.313	1.277.062
Reversão de prejuízo	127.521	68	-
Saldo final	(24.354.042)	(23.966.296)	(20.724.487)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

INDIVIDUAL			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013 (Nota 3 (t))
Créditos por Avais e Fianças Honrados	28.631	26.042	38.695
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	853.587	686.732	140.929
Rendas a Receber	2.352.491	2.019.622	1.871.092
Dividendos e JCP a receber	139.192	-	94.300
Convênios setor privado	135.226	121.777	91.101
Convênios setor público	455.067	462.927	380.560
Administração de fundos de investimento	101.146	107.829	85.569
Administração de fundos e programas sociais	1.250.218	1.098.764	1.087.892
Repasses OGU	180.652	178.788	131.670
Outras rendas a receber	90.990	49.537	-
Negociação e Intermediação de valores	9.007	864	47.574
Créditos Específicos	749.092	716.094	684.531
Diversos – Nota 9 (b)	50.327.246	55.433.625	41.812.502
Provisão para Outros Créditos – Nota 9 (d)	(312.239)	(323.769)	(295.159)
Total	54.007.815	58.559.210	44.300.164
Ativo circulante	40.105.853	38.317.229	27.024.561
Ativo não circulante	13.901.962	20.241.981	17.275.603

CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013 (Nota 3 (t))
Créditos por Avais e Fianças Honrados	28.631	26.042	38.695
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	853.587	686.732	140.929
Rendas a Receber	2.419.318	2.180.487	2.083.447
Dividendos e JCP a receber	206.019	160.865	306.655
Convênios Setor Privado	135.226	121.777	91.101
Convênios Setor Público	455.067	462.927	380.560
Administração de Fundos de Investimento	101.146	107.829	85.569
Administração de Fundos e Programas Sociais	1.250.218	1.098.764	1.087.892
Repasses OGU	180.652	178.788	131.670
Outras rendas a receber	90.990	49.537	-
Negociação e Intermediação de valores	9.007	864	47.574
Créditos Específicos	749.092	716.094	684.531
Diversos – Nota 9 (b)	50.325.841	55.432.952	41.814.122
Provisão para Outros Créditos – Nota 9 (d)	(312.239)	(323.769)	(295.159)
Total	54.073.237	58.719.402	44.514.139
Ativo circulante	40.171.275	38.477.421	27.238.536
Ativo não circulante	13.901.962	20.241.981	17.275.603

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013 (Nota 3 (t))	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013 (Nota 3 (t))
Créditos tributários – (Nota 20)	20.555.328	20.165.547	17.197.597	20.555.363	20.165.575	17.197.623
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	11.694.733	11.290.593	10.551.487	11.694.733	11.290.593	10.551.487
Adiantamentos e antecipações salariais	465.519	172.667	393.916	465.519	172.667	393.916
Participações pagas antecipadamente (1)	-	4.097.762	-	-	4.097.762	-
Impostos e contribuições a compensar	532.180	488.536	56.598	533.008	489.991	60.653
Cartão de crédito (2)	6.036.680	6.353.846	4.648.279	6.036.680	6.353.846	4.648.279
Prêmio em aquisição de carteiras	1.085.627	1.117.851	848.928	1.085.627	1.117.851	848.928
Seguros a receber	103.536	102.601	81.714	103.536	102.601	81.714
Créditos adquiridos	2.297.977	2.422.528	3.380.165	2.297.977	2.422.528	3.380.165
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	1.861.335	3.179.808	162.835	1.861.335	3.179.808	162.835
Valores a receber – royalties (3)	1.767.916	2.458.311	9.317	1.767.916	2.458.311	9.317
Valores a receber – FND	394.782	386.846	374.748	394.782	386.846	374.748
Valores a receber - correspondentes bancários	166.706	196.488	153.665	166.706	196.488	153.665
Valores a receber - resgate de bônus	93.074	91.515	87.331	93.074	91.515	87.331
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	264.351	35.083	5.385	264.351	35.083	5.385
Valores a receber - créditos administrados	31.696	28.246	33.753	31.696	28.246	33.753
Valores a receber - planos de saúde autogestão	19.542	20.220	17.431	19.542	20.220	17.431
Valores a receber - cessão de créditos	105.222	106.375	101.760	105.222	106.375	101.760
Valores a apropriar	2.749.276	2.560.068	3.525.641	2.749.276	2.560.068	3.525.641
Outros devedores	160.468	215.763	237.953	158.200	213.607	235.492
Provisão para perdas - diversos (4)	(58.702)	(57.029)	(56.001)	(58.702)	(57.029)	(56.001)
Total	50.327.246	55.433.625	41.812.502	50.325.841	55.432.952	41.814.122
Ativo circulante	36.385.451	35.143.263	24.506.481	36.384.046	35.142.590	24.508.101
Ativo não circulante	13.941.795	20.290.362	17.306.021	13.941.795	20.290.362	17.306.021

(1) Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio repassados à União.

(2) Inclui créditos com característica de concessão de crédito (Nota 9 (d)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

(3) Contrato relativo a royalties e participações especiais decorrentes da exploração de petróleo e gás natural da RIOPREVIDENCIA.

(4) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Ativo - Outros créditos			
Câmbio comprado a liquidar – Moeda Estrangeira	12.476	5.366	10.463
Direitos sobre vendas de câmbio – Moeda Nacional	846.999	687.540	138.854
(-) Adiantamentos recebidos – Moeda Nacional	(5.888)	(6.174)	(8.388)
Ativo circulante	853.587	686.732	140.929
Passivo - Outras obrigações			
Câmbio vendido a liquidar – Moeda Estrangeira	106.078	21.402	30.358
Obrigações por compras de câmbio – Moeda Nacional	98.564	17.916	38.181
Passivo circulante (Nota 18 (a))	204.642	39.318	68.539

(c.1) Resultado de operações de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Receitas	3.608.446	2.491.760	708.272
Disponibilidade em moeda estrangeira	3.608.446	2.491.760	708.272
Despesas	(3.458.507)	(2.616.262)	(715.991)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(3.458.507)	(2.616.263)	(715.991)
Resultado de câmbio	149.939	(124.503)	(7.719)

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Créditos	8.288.221	8.749.294	8.022.906
Cartão de crédito	5.939.948	6.279.297	4.585.524
Créditos por avais e fianças honrados	28.631	26.042	38.695
Devedores por compra de valores e bens	21.665	21.427	18.523
Créditos adquiridos (1)	2.297.977	2.422.528	3.380.164
Provisão (2)	(312.239)	(323.769)	(295.159)
Cartão de crédito	(214.665)	(218.995)	(140.065)
Créditos por avais e fianças honrados	(729)	(1.245)	(1.203)
Devedores por compra de valores e bens	(28.631)	(26.042)	(38.695)
Créditos adquiridos (1)	(68.214)	(77.487)	(115.196)
Créditos - líquidos de provisão	7.975.982	8.425.525	7.727.747

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso e BMB.

(2) De acordo com a Carta-Circular do BACEN 3.048/2002, a provisão para os títulos e créditos a receber está classificada como "com característica de concessão de crédito".

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

Também é composto por despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC e pelo estoque de material de consumo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Bens não de uso próprio	1.083.691	993.843	777.162
Imóveis patrimoniais não de uso	155.848	146.510	122.821
Imóveis adjudicados/arrematados	927.843	847.333	654.341
Despesas antecipadas	109.145	66.890	254.079
Material de consumo	22.913	26.326	28.270
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(30.425)	(31.614)	(100.567)
Total	1.185.324	1.055.445	958.944

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Saldo inicial	(31.614)	(27.090)	(103.028)
Constituição	(22.065)	(10.655)	(4.087)
Baixas	23.254	6.131	6.548
Saldo final	(30.425)	(31.614)	(100.567)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas na CAIXA – Individual são compostos essencialmente pela Caixa Participações S.A (CAIXAPAR). No período alcançou o montante de R\$ 4.359.087 (31/12/2013 – R\$ 4.272.753; 31/03/2013 – R\$ 3.920.674). O resultado da equivalência patrimonial no período foi de R\$ 172.160 (4º trimestre de 2013 R\$ 90.535; 1º trimestre de 2013 – R\$ 59.683).

A carteira de investimento consolidada totalizou no período o montante de R\$ 3.476.256 (31/12/2013 – R\$ 3.340.773; 31/03/2013 – R\$ 3.184.318). É composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR exerce influência significativa ou possui controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias CAIXAPAR				
Descrição	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	143.307.049	54.802.722	49,00	37,00
Branes	3.400.010	-	2,00	2,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	8.161.452	-	48,21	48,21
Capgemini (1)	63.764.544	-	24,19	22,05
Caixa Seguros Participações - CSP	34.245.712	-	-	48,21
Cia. Brasileira de Securitização - CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	17.635.100	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.754	836.698.278	0,01	33,33

CONSOLIDADO						
Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial		
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013	2014	2013	
				1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.187.793	2.082.025	1.858.543	189.240	135.276	144.257
Banco PAN	479.413	494.554	709.653	(15.139)	(74.740)	(92.971)
Capgemini	266.424	269.345	298.626	(15.238)	2.525	(273)
Elo Serviços	14.714	13.318	9.618	1.845	2.945	(1.169)
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.695	6.832	6.697	75	(32)	176
Caixa Seguros Participações - CSP	42.399	41.138	-	1.922	3.105	-
Crescer	8.084	9.323	-	(5.075)	(4.193)	-
Branes	1.897	1.897	-	(30)	(303)	-
BIAPE	585	788	1.124	-	153	(107)
FGO – Fdo. Garantia de Operações	201.552	201.552	120.849	-	-	-
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	176.294	166.958	128.822	-	-	-
Fundo de Investim. em Participações	39.045	39.029	39.704	(178)	(1.359)	-
Outros Investimentos (1)	51.361	14.014	10.682	-	-	-
Total	3.476.256	3.340.773	3.184.318	157.422	63.377	49.913

(1) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Ágios na aquisição de investimentos			
Descrição	2014	2013	
	Acumulado 1º trimestre	Acumulado 4º trimestre	Acumulado 1º trimestre
Saldo anterior	272.719	354.058	477.849
Amortizações	(11.639)	(81.339)	(144.915)
Saldo atual	261.080	272.719	332.934

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado de uso

Informações do imobilizado de uso							
Descrição	31/03/2014			31/12/2013			31/03/2013
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	839.234	(217.741)	621.493	770.513	(182.191)	588.322	333.821
Edificações	782.113	(217.741)	564.372	713.871	(182.191)	531.680	280.619
Terrenos	57.121	-	57.121	56.642	-	56.642	53.202
Reavaliações de imóveis de uso	743.272	(163.313)	579.959	743.272	(157.772)	585.500	600.816
Edificações	543.219	(163.313)	379.906	543.219	(157.772)	385.447	400.260
Terrenos	200.053	-	200.053	200.053	-	200.053	200.556
Outras imobilizações de uso	6.025.468	(3.962.211)	2.063.257	5.667.682	(3.815.182)	1.852.500	1.217.280
Imobilizações em curso	38.962	-	38.962	41.928	-	41.928	36.103
Inst., móveis e equip. de uso	1.318.356	(689.186)	629.170	1.293.521	(664.611)	628.910	482.878
Sistema de comunicação	91.387	(71.197)	20.190	91.387	(70.177)	21.210	17.248
Sistema de proc.de dados	4.245.087	(2.969.867)	1.275.220	3.919.076	(2.856.838)	1.062.238	631.103
Sistema de transporte e segurança	331.676	(231.961)	99.715	321.770	(223.556)	98.214	49.948
Total	7.607.974	(4.343.265)	3.264.709	7.181.467	(4.155.145)	3.026.322	2.151.917

Informações do imobilizado de uso						
Descrição	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	31/03/2014	31/03/2013
Imóveis de uso	588.322	67.347	3.174	(37.350)	621.493	333.821
Edificações	531.680	67.347	2.695	(37.350)	564.372	280.619
Terrenos	56.642	-	479	-	57.121	53.202
Reaval. de imóveis de uso	585.500	-	-	(5.541)	579.959	600.816
Edificações	385.447	-	-	(5.541)	379.906	400.260
Terrenos	200.053	-	-	-	200.053	200.556
Outras imobilizações de uso	1.852.500	362.758	(4.972)	(147.029)	2.063.257	1.217.280
Imobilizações em curso	41.928	2.006	(4.972)	-	38.962	36.103
Inst., móveis e equip. de uso	628.910	24.835	-	(24.575)	629.170	482.878
Sistema de comunicação	21.210	-	-	(1.020)	20.190	17.248
Sistema de proc.de dados	1.062.238	326.012	-	(113.030)	1.275.220	631.103
Sist. de transp./segurança	98.214	9.905	-	(8.404)	99.715	49.948
Total	3.026.322	430.105	(1.798)	(189.920)	3.264.709	2.151.917

Com o índice de imobilização apurado de 14,66% (31/12/2013 – 12,85%; 31/03/2013 – 12,06%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) a partir de 31/12/2002.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível e diferido
(a) Intangível

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	31/03/2014				31/12/2013				31/03/2013
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.602.244	(997.136)	(6.524)	1.598.584	2.572.857	(909.854)	(6.887)	1.656.116	1.455.796
Outros ativos intangíveis	324.200	(33.293)	-	290.907	324.200	(29.715)	-	294.485	305.220
Projetos logiciais - Software	829.923	(168.282)	-	661.641	727.408	(144.026)	-	583.382	284.346
Total	3.756.367	(1.198.711)	(6.524)	2.551.132	3.624.465	(1.083.595)	(6.887)	2.533.983	2.045.362

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2013	31/03/2014			31/03/2013	
	Líquido	Movimentação			Líquido	Líquido
		Adições	Baixas	Amortizações		
Aquisição de folha de pagamento	1.656.116	111.479	(44.666)	(124.345)	1.598.584	1.455.796
Outros ativos intangíveis	294.485	-	-	(3.578)	290.907	305.220
Projetos logiciais - Software	583.382	106.371	(1.927)	(26.185)	661.641	284.346
Total	2.533.983	217.850	(46.593)	(154.108)	2.551.132	2.045.362

(b) Diferido

De acordo com a Resolução CMN nº 3.617/2008, os saldos de ativos diferidos anteriores à sua edição, posicionados em setembro de 2008, foram mantidos até a sua efetiva realização ocorrida em dezembro de 2013. O valor apresentado na Nota 25, item “amortização”, está acrescido de R\$ 1.189 em 31/03/2013 relativos à despesa com amortização de ativos diferidos no período.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos
(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013 (Nota 3 (t))	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013 (Nota 3 (t))
Depósitos à vista – sem remuneração	24.311.405	25.170.971	24.626.053	24.311.405	25.170.971	24.626.053
Pessoas físicas	9.654.301	10.193.256	10.220.709	9.654.301	10.193.256	10.220.709
Pessoas jurídicas	11.265.510	11.822.111	11.581.855	11.265.510	11.822.111	11.581.855
Vinculados	2.081.216	1.791.248	1.317.245	2.081.216	1.791.248	1.317.245
Governo	985.189	1.055.105	1.052.751	985.189	1.055.105	1.052.751
Moedas estrangeiras	915	4.980	1.309	915	4.980	1.309
Instituições do sistema financeiro	38.065	40.902	27.282	38.065	40.902	27.282
Entidades públicas	183.760	152.943	201.069	183.760	152.943	201.069
Outros	102.449	110.426	223.833	102.449	110.426	223.833
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	214.614.189	209.573.848	182.266.870	214.614.189	209.573.848	182.266.870
Pessoas físicas	211.495.005	205.688.360	179.269.171	211.495.005	205.688.360	179.269.171
Pessoas jurídicas	3.116.683	3.882.990	2.994.771	3.116.683	3.882.990	2.994.771
Vinculados	2.501	2.498	2.928	2.501	2.498	2.928
Depósitos interfinanceiros	3.394.764	2.353.562	277.509	3.394.764	2.353.562	277.509
Depósitos a prazo	122.177.665	113.801.680	105.112.467	121.891.699	113.516.246	105.102.844
Remuneração prefixada	58.008.374	50.530.631	48.021.280	57.722.408	50.245.198	48.011.657
Depósitos a prazo em moeda nacional	58.008.374	50.530.631	48.021.280	57.722.408	50.245.198	48.011.657
Remuneração pós-fixada	64.169.291	63.271.049	57.091.187	64.169.291	63.271.048	57.091.187
Depósitos a prazo em moeda nacional	17.758.037	18.942.280	18.262.846	17.758.037	18.942.280	18.262.846
Depósitos judiciais com remuneração	46.411.254	44.328.769	38.828.341	46.411.254	44.328.768	38.828.341
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.359.345	10.155.127	11.759.312	10.359.345	10.155.127	11.759.312
Sem remuneração	263.461	243.494	225.636	263.461	243.494	225.636
Remuneração prefixada	465.195	452.372	418.072	465.195	452.372	418.072
Remuneração pós-fixada	9.630.689	9.459.261	11.115.604	9.630.689	9.459.261	11.115.604
Total	374.857.368	361.055.188	324.042.211	374.571.402	360.769.754	324.032.588
Passivo circulante	315.785.174	304.015.240	272.809.001	315.499.208	303.729.806	272.799.378
Passivo não circulante	59.072.194	57.039.948	51.233.210	59.072.194	57.039.948	51.233.210

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL							CONSOLIDADO		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013 (Nota 3 (t))	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013 (Nota 3 (t))
Depósitos à Vista	24.311.405	-	-	-	24.311.405	25.170.971	24.626.053	24.311.405	25.170.971	24.626.053
Depósitos de Poupança	214.614.189	-	-	-	214.614.189	209.573.848	182.266.870	214.614.189	209.573.848	182.266.870
Depósitos Interfinanceiros	-	137.039	2.917.015	340.710	3.394.764	2.353.562	277.509	3.394.764	2.353.562	277.509
Depósitos a prazo	24.412	50.643.783	12.777.986	58.731.484	122.177.665	113.801.680	105.112.467	121.891.699	113.516.246	105.102.844
CDB	24.412	4.206.564	12.777.986	58.731.484	75.740.446	69.447.549	66.258.419	75.454.480	69.162.115	66.248.796
Depósitos Judiciais	-	46.411.254	-	-	46.411.254	44.328.768	38.828.341	46.411.254	44.328.768	38.828.341
Outros	-	25.965	-	-	25.965	25.363	25.707	25.965	25.363	25.707
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.359.345	-	-	-	10.359.345	10.155.127	11.759.312	10.359.345	10.155.127	11.759.312
Total	249.309.351	50.780.822	15.695.001	59.072.194	374.857.368	361.055.188	324.042.211	374.571.402	360.769.754	324.032.588

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

INDIVIDUAL			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Depósitos de Poupança	(3.389.086)	(3.261.837)	(2.402.903)
Depósitos Interfinanceiros	(42.885)	(29.212)	(34.492)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(1.749.592)	(1.609.215)	(996.663)
Depósitos judiciais	(616.468)	(593.952)	(427.196)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(251.855)	(226.876)	(193.313)
Outras captações	(136.010)	(129.615)	(109.543)
Total	(6.185.896)	(5.850.707)	(4.164.110)

CONSOLIDADO			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Depósitos de Poupança	(3.389.086)	(3.261.837)	(2.402.903)
Depósitos Interfinanceiros	(42.885)	(29.212)	(34.492)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(1.743.027)	(1.602.651)	(996.662)
Depósitos judiciais	(616.468)	(593.952)	(427.196)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(251.855)	(226.876)	(193.313)
Outras captações	(136.010)	(129.616)	(109.543)
Total	(6.179.331)	(5.844.144)	(4.164.109)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013 (Nota 3 (t))
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	5.034.240	4.719.449	5.817.929
Depósitos - Especiais com remuneração	1.715.756	1.729.558	1.582.765
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.714.388	1.794.679	2.233.360
Depósitos – FISANE	8.568	8.428	8.052
Depósitos – PRODEC	50.539	49.682	47.645
Programa de Integração Social – PIS	51.446	122.945	46.318
Fundo Garantia Safra – FGS	7.085	30.527	23.392
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	68.538	76.925	171.177
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	370.273	334.259	409.503
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.118	8.114	8.581
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	8.465	4.526	5.902
Depósitos – PREVHAB	536.439	523.094	494.623
Saúde CAIXA	263.461	243.494	223.618
Outros	522.029	509.447	686.447
Total	10.359.345	10.155.127	11.759.312

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Taxa de Remuneração	2014	2013	
		1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Depósitos - FGTS	Selic	(140.517)	(121.654)	(104.023)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(22.962)	(24.280)	(30.551)
Depósitos - FISANE	TR	(140)	(135)	(116)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(857)	(840)	(751)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(10.176)	(7.127)	(5.012)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(322)	(1.212)	(568)
Depósitos - FAR	Selic	(6.768)	(4.828)	(7.846)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(8.841)	(8.251)	(7.253)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(6.913)	(6.423)	(4.192)
Depósitos - FAS	TR	(12)	(6)	-
Depósitos - PREVHAB	Selic	(13.742)	(12.980)	(8.728)
Depósitos - Caução	TR	(1.681)	(2.821)	(421)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(9.346)	(9.078)	(6.018)
Outros		(29.578)	(27.241)	(17.834)
Total		(251.855)	(226.876)	(193.313)

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO													
Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			31/03/2014			31/12/2013			31/03/2013		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					177.651	1.462.299	1.639.950	136.093	1.584.128	1.720.221	457.869	1.699.785	2.157.654
Proger urbano					110.006	1.016.361	1.126.367	67.245	1.116.098	1.183.343	387.522	1.166.366	1.553.888
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	110.002	1.011.908	1.121.910	67.243	1.111.422	1.178.665	387.512	1.160.968	1.548.480
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	25	25	-	26	26	-	30	30
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	4	4.428	4.432	2	4.650	4.652	10	5.368	5.378
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	656	4.376	5.032	1.120	6.735	7.855	1.146	15.284	16.430
FAT infraestrutura					66.238	438.904	505.142	66.779	458.011	524.790	68.048	511.914	579.962
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	66.238	438.904	505.142	66.779	458.011	524.790	68.048	511.914	579.962
FAT – PNMPO					751	2.658	3.409	949	3.284	4.233	1.153	6.221	7.374
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	751	2.658	3.409	949	3.284	4.233	1.153	6.221	7.374
Linhas de crédito especiais					279	74.159	74.438	299	74.159	74.458	1.479	74.227	75.706
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	279	74.159	74.438	299	74.159	74.458	279	74.159	74.438
FAT - giro setorial					-	-	-	-	-	-	1.200	68	1.268
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	-	-	-	-	-	-	760	2	762
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	-	-	-	-	-	-	440	66	506
Total					177.930	1.536.458	1.714.388	136.392	1.658.287	1.794.679	459.348	1.774.012	2.233.360

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto
(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Carteira Própria (1)	68.687.835	83.815.366	62.081.043	68.601.023	83.730.605	61.893.161
Letras Financeiras do Tesouro	405.614	4.627.738	4.671.780	405.613	4.627.738	4.671.780
Letras do Tesouro Nacional	33.521.819	49.660.494	24.561.231	33.521.819	49.660.494	24.561.231
Notas do Tesouro Nacional	31.083.028	26.052.299	32.802.276	30.996.217	25.967.539	32.614.394
Debêntures	3.677.374	3.474.835	45.756	3.677.374	3.474.834	45.756
Carteira de Terceiros	68.198.329	32.759.024	40.291.821	68.198.329	32.759.024	40.291.821
Letras Financeiras do Tesouro	6.349.668	11.103.849	-	6.349.669	11.103.849	-
Letras do Tesouro Nacional	10.118.685	10.315.230	29.043.705	10.118.685	10.315.230	29.043.705
Notas do Tesouro Nacional	51.729.976	11.339.945	11.248.116	51.729.975	11.339.945	11.248.116
Total	136.886.164	116.574.390	102.372.864	136.799.352	116.489.629	102.184.982
Passivo circulante	134.257.646	115.453.523	98.778.779	134.170.834	115.368.762	98.590.897
Passivo não circulante	2.628.518	1.120.867	3.594.085	2.628.518	1.120.867	3.594.085

(1) Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	INDIVIDUAL		
	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Carteira própria	(1.517.948)	(1.630.350)	(1.004.066)
Carteira de terceiros	(2.086.889)	(1.626.702)	(709.086)
Carteira de livre movimentação	-	-	-
Total	(3.604.837)	(3.257.052)	(1.713.152)

Descrição	CONSOLIDADO		
	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Carteira própria	(1.515.897)	(1.628.440)	(1.000.938)
Carteira de terceiros	(2.086.889)	(1.626.702)	(709.087)
Carteira de livre movimentação	-	-	-
Total	(3.602.786)	(3.255.142)	(1.710.025)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos
(a) Recursos de letras

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Depósitos	Indexador	Vencimento				31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	599.522	599.522	600.065	559.065
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	11.986	11.986	12.723	11.361
Letra Hipotecária	TR	-	-	7.274	576	7.850	9.913	15.932
Letra Imobiliária	IGP-M	-	-	-	8.906	8.906	8.691	8.308
Letra Imobiliária	CDI	5.616.758	6.039.201	13.701.694	33.565.229	58.922.882	51.031.388	31.572.542
Letra Financeira	CDI	2.838.300	7.225.488	4.427.931	13.347.281	27.839.000	22.816.089	19.840.921
Letra de Crédito do Agronegócio	CDI	118.791	51.190	1.014.176	1.315.766	2.499.923	2.424.251	1.664.689
Letra Financeira	IPCA	-	-	-	627.851	627.851	587.701	-
Total		8.573.849	13.315.879	19.151.075	49.477.117	90.517.920	77.490.821	53.672.818
Passivo circulante						41.040.803	37.263.075	16.142.555
Passivo não circulante						49.477.117	40.227.746	37.530.263

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Letras Imobiliárias	(1.173.028)	(907.036)	(427.723)
Letras Hipotecárias	(30.647)	(26.567)	(20.012)
Letras Financeiras	(655.753)	(516.201)	(319.045)
Letras de Crédito do Agronegócio	(58.419)	(124.212)	-
Total	(1.917.847)	(1.574.016)	(766.780)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em novembro de 2012, a CAIXA efetuou sua primeira emissão de títulos denominados em dólar, visando abrir um canal de financiamento de longo prazo para as suas operações.

Em outubro de 2013, a CAIXA efetuou nova emissão de títulos denominados em dólar, visando o financiamento de suas operações ativas. Foram colocados US\$ 1,250 bilhões, com prazo de 05 anos e remuneração de 4,651% ao ano. (cupom de juros de 4,50%)

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Título	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31/03/2014 (1)	31/12/2013 (1)	31/03/2013 (1)
Notas Seniores	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	2.270.805	2.302.609	2.045.391
Notas Seniores	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.135.403	1.151.303	1.064.243
Notas Seniores	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	2.839.132	2.878.261	-
Total						6.245.340	6.332.173	3.109.634

(1) Valores em milhares de R\$.

(d) Despesa com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A despesa com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior referente ao 1º trimestre de 2014 é de R\$ 54.555 (31/03/2013 – R\$ 20.504). Em 31 de dezembro de 2013 a despesa acumulada do exercício foi de R\$ 126.825.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Repasses no país	165.515.936	158.322.179	131.759.975
FGTS	138.432.528	132.732.425	112.132.848
BNDES	25.068.175	23.631.046	18.279.354
Tesouro Nacional – PIS	735.618	659.562	726.952
Outras instituições	1.279.615	1.299.146	620.821
Empréstimos no exterior	3.085.359	3.231.933	521.813
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	620.727	896.512	323.144
Demais linhas de crédito	2.464.632	2.335.421	198.669
Total de obrigações por empréstimos e repasses	168.601.295	161.554.112	132.281.788
Passivo circulante	2.937.871	3.017.150	1.516.324
Passivo não circulante	165.663.424	158.536.962	130.765.464

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente por empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 2,052% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2015. Os demais recursos tomados no exterior estão sujeitos a taxa de juros de até 1,561% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2015.

(c) Despesas com obrigações p/ empréstimos/repasses do País – Instituições oficiais

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
FGTS	(2.247.330)	(2.123.203)	(1.606.591)
BNDES	(344.183)	(264.581)	(276.530)
Tesouro Nacional – PIS	(10.807)	(10.565)	(9.696)
Empréstimos no exterior	(46.822)	(68.252)	(6.742)
Outras instituições	(35.668)	(185.748)	(17.703)
Total	(2.684.810)	(2.652.349)	(1.917.262)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

INDIVIDUAL			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.535.433	264.352	1.185.072
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	204.642	39.318	68.539
Sociais e estatutárias	535.068	4.523.044	499.341
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.376.164	2.147.292	1.211.273
Negociação e intermediação de valores	77.588	44.592	561
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	8.058.228	8.852.307	7.381.394
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	40.947.750	40.518.594	41.137.015
Diversas (Nota 18 (e))	40.754.093	41.046.639	37.395.600
Total	94.488.966	97.436.138	88.878.795
Passivo circulante	54.235.145	57.606.259	47.932.494
Passivo não circulante	40.253.821	39.829.879	40.946.301

CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.535.433	264.352	1.185.072
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	204.642	39.318	68.539
Sociais e estatutárias	535.068	4.523.044	499.341
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.612.629	2.367.098	1.363.921
Negociação e intermediação de valores	77.588	44.592	561
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	8.058.228	8.852.307	7.381.394
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	40.947.750	40.518.594	41.137.015
Diversas (Nota 18 (e))	40.754.513	41.047.008	37.395.939
Total	94.725.851	97.656.313	89.031.782
Passivo circulante	54.472.030	57.826.434	48.085.481
Passivo não circulante	40.253.821	39.829.879	40.946.301

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Tributos sobre salários a recolher	403.627	370.617	343.214
Tributos sobre serviços a recolher	217.721	279.247	153.301
Tributos sobre lucros a recolher	561.362	176.992	160.440
Imposto de renda	243.712	-	21.507
Contribuição social	107.504	-	9.794
COFINS	180.934	152.285	111.180
PASEP	29.212	24.707	17.959
Tributos diferidos	996.283	1.066.177	375.533
Reavaliação – edificações	152.025	154.242	160.307
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	-	-	86.682
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	-	-	-
Contratos futuros	624.339	734.097	72.884
Benefícios pós-emprego	116.805	116.805	-
Tarifas a receber da União	52.436	61.033	-
Outros	50.678	-	55.660
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	197.171	254.259	178.785
Total	2.376.164	2.147.292	1.211.273
Passivo circulante	2.224.139	1.993.050	1.050.966
Passivo não circulante	152.025	154.242	160.307

CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Tributos sobre salários a recolher	403.627	370.617	343.214
Tributos sobre serviços a recolher	217.721	279.247	153.301
Tributos sobre lucros a recolher	563.664	186.598	160.602
Imposto de renda	245.347	2.772	21.568
Contribuição social	108.097	3.308	9.857
COFINS	180.995	155.182	111.211
PASEP	29.225	25.336	17.966
Tributos diferidos	1.230.446	1.276.377	528.019
Reavaliação – edificações	152.025	154.242	160.307
Ajustes ao valor mercado - títulos p/ negociação	-	-	86.682
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	234.162	210.200	152.486
Ajustes ao valor mercado - hedge de fluxo de caixa	-	-	-
Contratos futuros	624.339	734.097	72.884
Benefícios pós-emprego	116.805	116.805	-
Tarifas a receber da União	52.436	61.033	-
Outros	50.679	-	55.660
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	197.171	254.259	178.785
Total	2.612.629	2.367.098	1.363.921
Passivo circulante	2.460.604	2.212.856	1.203.614
Passivo não circulante	152.025	154.242	160.307

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Fundos e programas sociais	6.791.845	7.268.366	6.265.119
FGTS	2.994.792	3.664.692	2.551.646
Minha Casa Minha Vida	2.624.326	2.567.678	2.742.376
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	274.836	269.911	264.202
Programas de transferência de renda	229.121	223.537	260.615
Outros fundos e programas	668.770	542.548	446.280
Fundos financeiros e de desenvolvimento	453.666	273.446	471.843
PIS	452.252	272.032	424.390
FAT	5	8	46.049
FINSOCIAL	1.409	1.406	1.404
Operações com loterias	812.717	1.310.495	644.432
Total	8.058.228	8.852.307	7.381.394

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital
(d.1) Dívidas subordinadas

Parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS foi convertida em dívida subordinada e enquadrada como Instrumento de Dívida Elegível a Capital, conforme Resolução CMN nº 4.192/13.

Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, incidirão atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS								
Vencimento	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Saldo devedor 31/03/2014	Saldo devedor 31/12/2013	Saldo devedor 31/03/2013
20/02/2020	6,300%	out/05	3.439.717	2.414.614	(843.295)	5.011.036	5.212.848	5.936.634
20/04/2026	5,996%	ago/11	3.000.000	526.751	-	3.526.751	3.469.062	3.314.547
20/07/2032	5,082%	jun/12	3.000.000	286.928	-	3.286.928	3.240.169	3.116.024
Total						11.824.715	11.922.079	12.367.205

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido, à época, pela Resolução CMN nº 3.444/2007. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009 a CAIXA celebrou o contrato nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R\$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R\$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida. Nesse sentido a CAIXA celebrou os contratos nº 752 e nº 754 em setembro de 2012 nos valores de R\$ 6.800.000 e R\$ 6.200.000, respectivamente.

Os contratos nº 348, 504, 752 e 754 forma celebrados em atenção Resolução CMN nº. 3.444/07, vigente à época, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I do Patrimônio de Referência, observados os limitadores de Nível I e Nível II.

Em acordo à Basileia III, todos os instrumentos híbridos de capital e dívida considerados como Nível I até o limitador da revogada Resolução CMN nº. 3.444/07 e como Nível II a partir do saldo remanescente, foram aditivados em 2013 para adequação à nova Resolução. Nesse sentido, os instrumentos híbridos considerados como Nível I e Nível II em SET13 passaram a ser considerados como Nível I a partir de OUT/13, vigência do novo arcabouço normativo de Basileia III.

Os contratos aditivados com cláusulas aderentes à Basileia III, encontram-se adequados e em linha com os contratos já aprovados pelo BACEN, contudo, haja vista o aguardo com relação à aprovação e em aderência ao art. 28 da Resolução CMN nº. 4.192/13, estes estão sendo considerados como Capital Complementar e observam o cronograma de phase-out da norma de 10% a.a. quando autorizados as deduções não serão aplicáveis e todos os contratos passarão à composição do Capital Principal, haja vista aderência ao art. 16 da referida norma.

Por terem sido aditivados a partir da observação à nova regulamentação, os contratos passaram a observar cláusulas de atualização monetária e juros remuneratórios integralmente variáveis. Considerando o escopo de mudança e as características particulares às atualizações monetárias e juros remuneratórios, ao principal de cada contrato incorporou-se a atualização monetária acumulada até 31/08/2013 e realizou-se o pagamento dos juros remuneratórios às cláusulas vigentes até então de forma a preservar a nova estrutura de remuneração a partir dos aditivos:

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Discriminação	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
IHCD - elegíveis a capital	28.057.996	27.867.701	27.715.436
Contrato 348	7.397.756	7.303.575	7.161.467
Contrato 504	7.549.642	7.453.528	7.298.393
Contrato 752	6.800.000	6.800.000	6.800.000
Contrato 754	6.310.598	6.310.598	6.455.576
IHCD - não elegíveis a capital	1.065.039	728.814	1.054.374
Total	29.123.035	28.596.515	28.769.810

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Diversas

INDIVIDUAL			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego	7.452.098	7.218.765	7.550.752
Saúde Caixa	6.435.387	6.211.755	6.461.873
Auxílio e cesta alimentação	751.134	751.678	847.930
Planos de benefícios - Previdência privada	265.577	255.332	240.949
Provisões para pagamentos a efetuar	3.927.553	3.857.448	3.693.166
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	12.556.883	12.996.143	11.660.271
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	3.080.401	3.086.733	2.804.395
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	2.682.927	2.642.634	3.223.264
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	65.111	52.599	43.677
Financiamentos imobiliários a liberar	5.825.454	5.830.105	5.098.149
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	243.727	301.567	348.103
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	4.166.223	4.323.518	2.396.195
Obrigações por convênios	192.646	296.761	231.570
Obrigações por contribuições ao SFH	70.888	30.442	29.060
Recursos do FGTS para amortizações	338.369	298.937	231.266
Valores a pagar a sociedades ligadas	150.697	110.182	81.198
Credores diversos exterior	1.116	805	4.534
Total	40.754.093	41.046.639	37.395.600

CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego	7.452.098	7.219.134	7.550.752
Saúde Caixa	6.435.387	6.212.124	6.461.873
Auxílio e cesta alimentação	751.134	751.678	847.930
Planos de benefícios - Previdência privada	265.577	255.332	240.949
Provisões para pagamentos a efetuar	3.927.973	3.857.446	3.693.505
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	12.556.883	12.996.143	11.660.271
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	3.080.401	3.086.733	2.804.395
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	2.682.927	2.642.635	3.223.264
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30)	65.111	52.599	43.677
Financiamentos imobiliários a liberar	5.825.454	5.830.105	5.098.149
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	243.727	301.567	348.103
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	4.166.223	4.323.518	2.396.195
Obrigações por convênios	192.646	296.761	231.570
Obrigações por contribuições ao SFH	70.888	30.442	29.060
Recursos do FGTS para amortizações	338.369	298.937	231.266
Valores a pagar a sociedades ligadas	150.697	110.182	81.198
Credores diversos exterior	1.116	806	4.534
Total	40.754.513	41.047.008	37.395.939

- (1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.
- (2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN 3533/2008

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Credores diversos – País

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Cartões de crédito	5.868.680	6.130.233	4.606.683
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	67.038	255.135	257.434
Fornecedores	819.696	919.673	849.818
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	480.012	499.328	457.933
Crédito comercial – repasses	166.841	118.693	441.212
Crédito imobiliário – repasses	849.350	778.327	591.103
Obrigações com a União – repasses	38.982	37.899	35.929
Outros credores – poupança simplificada	499.836	499.852	499.937
Contas a pagar (2)	1.116.284	1.110.288	89.131
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	46.291	43.282	36.489
Valores a restituir – penhor	142.780	142.265	150.506
Valores a apropriar	2.015.673	2.071.678	3.472.728
Outros credores diversos	445.420	389.490	171.368
Total	12.556.883	12.996.143	11.660.271

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Aumento em 2013 representado pela reclassificação contábil de valores devidos ao FCVS relativos a créditos novados com duplicidade no cadastro do CADMUT.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013 aprovou o Estatuto da CAIXA.

Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

Em observação às Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, que dispõe sobre nova metodologia de cálculo do Patrimônio de Referência - PR (revogando a Resolução CMN n.º 3.444/2007), em junho de 2013, a CAIXA e a União celebraram dois contratos de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contrato nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000).

As alterações realizadas pelo regulador através da Resolução CMN nº 4.192/13 correspondem à implementação de normas conhecidas mundialmente como Basileia III, que visam aumentar a qualidade do capital das instituições financeiras, exigindo melhor qualidade do capital mantido. Em seu art. 16, a Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Capital Principal – Nível I com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).

Assim, os R\$ 8.000.000 contratados em junho de 2013, foram celebrados em aderência aos requisitos elencados na Resolução CMN nº. 4.192/13 para integrar o Capital Principal – Nível I do Patrimônio de Referência – PR da CAIXA e, nos termos do art. 33 da referida Resolução, foram autorizados pelo Banco Central do Brasil a compor integralmente o Capital Principal – Nível I do PR.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 13,72% (Nota 33 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Reservas de Reavaliação	383.668	392.929	421.700
Reservas de Lucros	3.571.101	4.902.396	2.693.064
Reserva legal	2.005.496	2.005.496	1.669.327
Reserva estatutária – loterias	1.454.999	1.454.999	928.299
Reservas margem operacional	110.606	1.441.901	95.438

(e) Dividendos

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período.

Em 2014, foi repassado à União o montante de R\$ 1.342.000, a título de dividendos complementares do exercício de 2013, perfazendo um montante total de R\$ 5.342.000 relativos a este período (R\$ 4.000.000 antecipados em 2013).

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**(a) Créditos tributários**

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%; créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e
- créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo, atualizados para 31 de março de 2014 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2014	249.855	76.819	104.939	8.626.455	9.058.068
2015	442.714	-	82.552	6.393.578	6.918.844
2016	785.485	-	-	776.659	1.562.144
2017	223.683	-	-	735.496	959.179
2018	-	-	-	425.219	425.219
2019 a 2023	-	-	-	1.631.874	1.631.874
Total	1.701.737	76.819	187.491	18.589.281	20.555.328

VALOR PRESENTE					
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa - 15%	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2014	247.209	76.006	103.828	8.535.130	8.962.173
2015	406.711	-	75.838	5.873.622	6.356.171
2016	674.397	-	-	666.821	1.341.218
2017	180.159	-	-	592.380	772.539
2018	-	-	-	322.181	322.181
2019 a 2023	-	-	-	1.049.901	1.049.901
Total	1.508.476	76.006	179.666	17.040.035	18.804.183

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Créditos Tributários									
Descrição	31/03/2014			31/12/2013			31/03/2013		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão p/ créditos de liq. duvidosa	7.294.412	4.243.510	11.537.922	7.065.635	4.104.778	11.170.413	6.073.117	3.508.262	9.581.379
Provisão SFH	805.363	483.218	1.288.581	796.991	478.195	1.275.186	757.077	454.246	1.211.323
Provisão p/ causas judiciais	1.502.822	901.693	2.404.515	1.505.494	903.296	2.408.790	1.560.958	936.575	2.497.533
Outros (1)	1.165.729	615.473	1.781.202	1.019.124	529.036	1.548.160	943.170	496.070	1.439.240
Provisão SAÚDE CAIXA - CPC 33	1.757.803	1.054.682	2.812.485	1.701.895	1.021.137	2.723.032	1.615.468	969.281	2.584.749
Ajuste a mercado – resultado	427.701	256.621	684.322	516.435	309.861	826.296	58.932	35.359	94.291
Ajuste a mercado - PL (disp. p/ venda)	381.259	228.755	610.014	196.125	117.675	313.800	273.986	164.392	438.378
Ajuste Perdas Atuariais CPC 33	-	-	-	-	-	-	146.054	87.633	233.687
Subtotal das diferenças temporárias	13.335.089	7.783.952	21.119.041	12.801.699	7.463.978	20.265.677	11.428.762	6.651.818	18.080.580
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570	2.973.570	-	2.973.570
Baixas até o período	(1.271.833)	-	(1.271.833)	(1.135.979)	-	(1.135.979)	(1.075.162)	-	(1.075.162)
Base negativa até 2000	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139	-	701.139	701.139
Baixas até o período	-	(624.320)	(624.320)	-	(542.793)	(542.793)	-	(506.468)	(506.468)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515	-	624.515	624.515
Baixas até o período	-	(437.024)	(437.024)	-	(379.955)	(379.955)	-	(354.527)	(354.527)
Total	15.036.826	8.048.262	23.085.088	14.639.290	7.866.884	22.506.174	13.327.170	7.116.477	20.443.647

Créditos Tributários									
Descrição	31/03/2014			31/12/2013			31/03/2013		
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total
Ajuste a mercado – resultado	10.445	64.279	74.724	12.769	78.577	91.346	-	-	-
Ajuste a mercado - PL (disp. p/ venda)	10.397	63.976	74.373	5.348	32.910	38.258	7.485	46.058	53.543
Total	20.842	128.255	149.097	18.117	111.487	129.604	7.485	46.058	53.543

(1) Os créditos tributários possuem informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Outros" que apresenta o montante de R\$ 1.439.275 (31/12/2013 – R\$ 1.548.179; 31/03/2013 – R\$ 1.485.753) na demonstração consolidada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação do crédito tributário

Movimentação do Crédito Tributário			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/03/2013	20.497.190	(3.612.219)	16.884.971
Saldo em 31/12/2013	22.635.778	(2.470.231)	20.165.547
Constituição de Diferenças Temporárias no Período (1)	348.524	-	348.524
Reversão de Provisão	208.627	(208.626)	-
Constituição PASEP/COFINS	(16.622)	-	(16.622)
Constituição sobre Títulos Disponíveis para Venda	332.329	-	332.329
Const. Cred. Tributário Perda Atuarial CPC 33	-	-	-
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(135.854)	-	(135.854)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(81.527)	-	(81.527)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(57.070)	-	(57.069)
Constituição de Crédito de Prejuízo Fiscal	-	-	-
Saldo em 31/03/2014	23.234.185	(2.678.857)	20.555.328

- (1) A demonstração da movimentação do crédito tributário possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Constituição de diferenças temporárias no período" que apresenta o montante de R\$ 182.937 na demonstração consolidada.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

INDIVIDUAL						
Descrição	2014		2013			
	1º trimestre		4º trimestre		1º trimestre	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	1.939.904	1.939.904	354.752	354.752	1.355.481	1.355.481
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(484.970)	(290.986)	(88.678)	(53.216)	(338.864)	(203.322)
Efeitos tributários adições e exclusões	(115.564)	(69.389)	88.327	55.049	(1.865)	(1.021)
Juros sobre o capital próprio	87.101	52.260	72.050	43.230	77.349	46.410
Participação dos empregados nos lucros	60.593	36.356	123.246	73.948	47.483	28.490
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	135.854	138.597	(58.481)	(60.698)	64.771	66.016
Incentivo fiscal	17.136	-	3.815	-	7.215	-
Reserva de reavaliação	1.385	832	1.185	710	1.935	1.161
Despesa corrente	(298.465)	(132.330)	141.464	59.023	(141.976)	(62.266)
Ativo fiscal diferido	81.973	(7.899)	1.107.248	701.022	49.228	2.032
Diferenças temporárias	217.827	130.696	1.048.767	640.325	113.998	68.049
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	(135.854)	(81.527)	58.481	35.704	(64.770)	(38.833)
CSLL a 18%	-	(57.068)	-	24.993	-	(27.184)
Passivo Fiscal Diferido	105.916	63.549	(95.695)	(57.417)	185.966	111.580
Despesa diferida/marcação a mercado	105.916	63.549	(95.695)	(57.417)	185.966	111.580
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(110.576)	(76.680)	1.153.017	702.628	93.218	51.346

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONSOLIDADO						
Descrição	2014		2013			
	1º trimestre		4º trimestre		1º trimestre	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	1.942.112	1.942.112	368.668	368.668	1.355.772	1.355.772
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(485.522)	(291.317)	(92.900)	(55.738)	(338.791)	(203.278)
Efeitos tributários adições e exclusões	(75.833)	(45.551)	(307.100)	(183.507)	(39.429)	(24.937)
Juros sobre o capital próprio	87.101	182.480	72.050	43.230	69.628	41.777
Participação dos empregados nos lucros	60.593	159.496	123.246	73.948	45.874	27.524
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	135.854	181.678	(58.481)	(60.698)	23.749	24.155
Incentivo fiscal	17.136	-	3.815	-	4.571	-
Reserva de reavaliação	1.385	3.300	1.185	710	1.496	898
Part. em coligadas e controladas	40.963	24.578	17.138	10.282	36.102	21.661
Outros	(52.308)	(377.042)	372.271	227.112	54.609	49.854
Despesa corrente	(270.631)	(162.378)	131.224	55.339	(142.191)	(62.346)
Ativo fiscal diferido	81.979	(7.899)	1.107.254	701.024	49.230	2.034
Diferenças temporárias	217.832	130.696	1.048.773	640.327	114.001	68.050
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	(135.853)	(81.527)	58.481	35.704	(64.771)	(38.833)
CSLL a 18%	-	(57.068)	-	24.993	-	(27.183)
Passivo Fiscal Diferido	105.916	63.549	(95.695)	(57.417)	185.966	111.580
Despesa diferida/marcação a mercado	105.916	63.549	(95.695)	(57.417)	185.966	111.580
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(82.736)	(106.728)	1.142.783	698.946	93.005	51.268

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

CAIXA INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Resultado de operação de crédito	14.479.827	13.189.899	9.888.997
Operações compromissadas	2.396.398	1.695.791	1.334.325
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.798.637	1.959.915	613.980
Ativos financeiros disponíveis para venda	288.061	270.253	73.501
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.473.742	1.303.767	1.513.350
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(42.522)	268.796	416.215
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	1.651.447	1.559.128	986.568
Créditos vinculados ao SFH	388.842	353.849	262.635
Resultado de operações de câmbio	149.939	-	-
Outras	198.721	194.169	125.336
Total	22.783.092	20.795.567	15.214.907

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Operações com clientes	(7.809.003)	(7.168.636)	(4.703.085)
Operações com instituições financeiras	(42.885)	(29.211)	(34.492)
Operações compromissadas	(3.604.837)	(3.257.052)	(1.713.152)
Empréstimos, cessões e repasses	(2.684.810)	(2.652.349)	(1.917.262)
Depósitos especiais e fundos e programas	(251.855)	(226.876)	(193.313)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(2.478.216)	(2.513.615)	(2.080.451)
Resultado de operações de câmbio	-	(124.503)	(7.719)
Outras	(92.384)	(95.340)	(47.615)
Total	(16.963.990)	(16.067.582)	(10.697.089)

CONSOLIDADO			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Operações com clientes	(7.802.439)	(7.162.073)	(4.703.083)
Operações com instituições financeiras	(42.885)	(29.211)	(34.492)
Operações compromissadas	(3.602.786)	(3.255.142)	(1.710.026)
Empréstimos, cessões e repasses	(2.684.810)	(2.652.349)	(1.917.262)
Depósitos especiais e fundos e programas	(251.854)	(226.876)	(193.313)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(2.478.216)	(2.513.615)	(2.080.451)
Resultado de operações de câmbio	-	(124.503)	(7.719)
Outras	(92.384)	(95.340)	(47.615)
Total	(16.955.374)	(16.059.109)	(10.693.961)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias
a) Receitas de prestação de serviços

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014	2013	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	1.359.237	1.426.341	1.196.251
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	939.056	898.959	834.660
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	27.702	31.428	25.287
Programa de Integração Social (PIS)	10.666	22.663	11.515
Loterias Federais	281.517	345.352	232.010
Financiamento Estudantil - (FIES)	59.986	55.869	45.721
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	19.556	19.897	21.980
Repasses Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	4.654	36.864	8.304
Seguro-desemprego	15.577	14.193	16.012
Outros	523	1.116	762
Rendas de cartões	348.506	336.307	248.563
Operações de crédito e garantias prestadas	384.912	389.211	408.947
Cobrança	155.285	156.741	134.716
Arrecadações	567.776	542.645	517.027
Fundos de investimentos e carteiras administradas	341.547	357.193	326.793
Conta corrente	23.902	24.025	30.410
Programa de Transferência de Renda	91.170	96.666	87.113
Prestados a ligadas	149.735	142.896	125.980
Outros serviços	79.548	81.803	73.531
Total	3.501.618	3.553.828	3.149.331

b) Rendas de Tarifas Bancárias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014	2013	
	1º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre
Rendas de cartões	99.521	93.655	71.175
Operações de crédito e cadastro	195.637	198.494	163.601
Pacote de serviços	336.341	344.873	270.818
Contas de depósito	81.549	82.595	64.683
Transferência de recursos	36.490	34.778	29.767
Outras	3.032	2.960	2.230
Total	752.570	757.355	602.274

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	INDIVIDUAL		
	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Proventos	(2.689.630)	(2.840.473)	(2.359.240)
Salários e proventos	(2.540.436)	(2.595.932)	(2.214.825)
Indenizações trabalhistas	(149.194)	(244.541)	(144.415)
Benefícios	(517.303)	(546.147)	(451.353)
Encargos sociais:	(1.032.647)	(1.013.616)	(880.180)
FGTS	(192.861)	(190.009)	(164.265)
Previdência social	(590.753)	(595.208)	(507.094)
Prev. complementar	(192.099)	(172.990)	(160.053)
Outros encargos	(56.934)	(55.409)	(48.768)
Outros	(44.630)	(56.130)	(36.930)
Total	(4.284.210)	(4.456.366)	(3.727.703)

Descrição	CONSOLIDADO		
	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Proventos	(2.689.976)	(2.840.820)	(2.359.536)
Salários e proventos	(2.540.782)	(2.596.279)	(2.215.121)
Indenizações trabalhistas	(149.194)	(244.541)	(144.415)
Benefícios	(517.303)	(546.147)	(451.353)
Encargos sociais:	(1.032.806)	(1.013.701)	(880.290)
FGTS	(192.890)	(190.027)	(164.287)
Previdência social	(590.832)	(595.260)	(507.162)
Prev. complementar	(192.142)	(172.997)	(160.066)
Outros encargos	(56.942)	(55.417)	(48.775)
Outros	(44.648)	(56.217)	(36.971)
Total	(4.284.733)	(4.456.885)	(3.728.150)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL		
	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Comunicações	(153.421)	(169.709)	(147.689)
Manutenção e conservação de bens	(227.610)	(203.852)	(191.134)
Água e energia	(75.233)	(78.457)	(77.342)
Aluguéis e arrendamento de bens	(320.936)	(308.215)	(269.821)
Despesas de material	(54.283)	(43.741)	(56.551)
Processamento de dados	(281.365)	(279.123)	(250.138)
Promoções e relações públicas	(63.832)	(122.051)	(67.817)
Propaganda e publicidade	(96.210)	(199.801)	(58.492)
Serviços do sistema financeiro	(100.982)	(98.135)	(84.453)
Serviços de terceiros	(399.158)	(389.303)	(325.639)
Serviços especializados	(160.088)	(150.890)	(126.814)
Serviços de vigilância e segurança	(219.019)	(218.730)	(167.055)
Amortização (1)	(154.108)	(145.327)	(143.692)
Depreciação	(189.919)	(153.487)	(118.525)
Outras administrativas	(87.456)	(99.996)	(85.519)
Total	(2.583.620)	(2.660.817)	(2.170.681)

Descrição	CONSOLIDADO		
	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Comunicações	(153.421)	(169.709)	(147.689)
Manutenção e conservação de bens	(227.610)	(203.852)	(191.134)
Água e energia	(75.233)	(78.457)	(77.342)
Aluguéis e arrendamento de bens	(320.936)	(308.216)	(269.821)
Despesas de material	(54.283)	(43.742)	(56.551)
Processamento de dados	(281.365)	(279.123)	(250.138)
Promoções e relações públicas	(63.832)	(122.050)	(67.817)
Propaganda e publicidade	(96.210)	(199.800)	(58.492)
Serviços do sistema financeiro	(100.982)	(98.135)	(84.453)
Serviços de terceiros	(399.158)	(389.302)	(325.639)
Serviços especializados	(160.713)	(150.891)	(127.555)
Serviços de vigilância e segurança	(219.019)	(218.731)	(167.055)
Amortização (1)	(154.108)	(145.327)	(143.692)
Depreciação	(189.919)	(153.487)	(118.525)
Outras administrativas	(87.479)	(100.081)	(85.640)
Total	(2.584.268)	(2.660.903)	(2.171.543)

(1) Está acrescido de R\$ 1.189 em 31/03/2013 relativos à despesa com amortização de ativos diferidos no período.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL		
	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Comissões e taxas s/ operações (1)	484.775	57.679	49.891
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	823.201	1.028.208	1.247.066
Recuperação de despesas e encargos	295.145	265.110	357.990
Reversão de outras provisões operacionais	513.390	678.550	626.646
Receitas de cartões de crédito	6.653	9.118	50.776
Receitas de dividendos	-	2	10
Atualização de depósitos em garantia	164.913	161.100	116.794
Rendas de créditos específicos	15.081	14.274	10.138
Receitas de loterias	4.305	19.324	4.116
Receita de deságio na aquisição de royalties	45.592	44.987	66
Outras receitas operacionais	157.401	199.961	33.784
Total	2.510.456	2.478.313	2.497.277

Descrição	CONSOLIDADO		
	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Comissões e taxas s/ operações (1)	484.775	61.847	49.892
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	823.201	1.024.040	1.247.066
Recuperação de despesas e encargos	293.633	263.660	356.566
Reversão de outras provisões operacionais	513.390	678.550	626.646
Receitas de cartões de crédito	6.653	9.119	50.776
Receitas de dividendos	11.072	38.145	9.609
Atualização de depósitos em garantia	164.913	161.100	116.794
Rendas de créditos específicos	15.081	14.274	10.138
Receitas de loterias	4.305	19.324	4.116
Receita de deságio na aquisição de royalties	45.592	44.987	66
Outras receitas operacionais	157.401	200.001	33.888
Total	2.520.016	2.515.047	2.505.557

(1) Variação apresentada no primeiro trimestre de 2014 refere-se essencialmente à repactuação de contrato da CAIXA com a EMGEA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 27 – Outras despesas operacionais

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
FCVS a receber - provisão/perdas	(96.292)	(220.766)	(143.890)
Obrigações com fundos e programas	(140.259)	(98.695)	(65.660)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(474.939)	(541.322)	(794.321)
Despesas com cartão	(259.277)	(308.339)	(212.279)
Despesas com loterias	(44.555)	(48.600)	(47.879)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais (1)	(487.535)	(492.433)	(481.006)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(122.135)	(118.091)	(116.936)
Serviços automatizados	(62.795)	(67.409)	(51.354)
Alavancagem de negócios	(78.757)	(89.394)	(66.004)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	(77.735)	(80.548)	(74.179)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(151.093)	(158.925)	(120.736)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(74.315)	(70.203)	(44.350)
Descontos de operações de crédito	(55.747)	(153.560)	(49.802)
Operações de fomento - atualização monetária	(64.493)	(41.510)	(25.719)
Título no exterior – marcação a mercado	(102.083)	98.210	-
Disp. provisões operacionais	(99.814)	(168.178)	(132.468)
Provisão para causas judiciais	(194.949)	(266.106)	(191.843)
Condenações judiciais	(30.774)	(23.588)	(21.754)
Benefícios sociais	(16.947)	(14.456)	(19.757)
Benefício pós-emprego	(209.648)	(357.432)	(175.996)
Despesas com títulos emitidos no exterior	(54.554)	(58.239)	(20.504)
Outras	(225.108)	(177.322)	(134.718)
Total	(3.123.804)	(3.456.906)	(2.991.155)

(1) Aglutinação dos itens "Correspondente não Bancário" e "Disp. Revendedor lotérico" divulgados separadamente no 1º trimestre de 2013.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Receitas não operacionais	57.790	84.146	58.419
Lucro na alienação de valores e bens	21.124	22.848	23.304
Alienação de bens imóveis	10.763	4.390	5.678
Sobras de caixa não reclamadas	11.451	11.433	8.363
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	2	328	524
Multas e penalidades	11.700	13.919	6.286
Reversão perdas investimentos permanentes avaliados pelo custo	-	28.859	11.899
Outras rendas não operacionais	2.750	2.369	2.365
Despesas não operacionais	(125.512)	(114.697)	(109.261)
Desvalorização de outros valores e bens	(7.671)	(6.719)	(828)
Indenizações por perdas e danos	(42.691)	(41.910)	(40.455)
Perdas em imóveis	(8.478)	(8.542)	(8.359)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(43.736)	(35.711)	(29.691)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(5.755)	(5.891)	(4.300)
Perdas em cartões de crédito	(12.484)	(11.624)	(10.347)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	(123)	(282)	(851)
Perdas de capital	(7)	-	(11.898)
Outras despesas não operacionais	(4.567)	(4.018)	(2.532)
Total	(67.722)	(30.551)	(50.842)

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	INDIVIDUAL		
	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Contribuição COFINS	(510.004)	(450.332)	(335.906)
PIS/PASEP	(82.876)	(73.179)	(54.585)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(116.096)	(124.406)	(103.613)
Despesas com IPTU	(45.828)	(1.655)	(41.015)
Outras	(1.842)	948	4.598
Total	(756.646)	(648.624)	(530.521)

Descrição	CONSOLIDADO		
	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Contribuição COFINS	(510.048)	(453.231)	(335.937)
PIS/PASEP	(82.885)	(73.809)	(54.591)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(116.096)	(124.405)	(103.613)
Despesas com IPTU	(45.828)	(1.656)	(41.015)
Outras	(1.843)	949	4.597
Total	(756.700)	(652.152)	(530.559)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes reconhecidos contabilmente.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco Provável:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Descrição	31/12/2013	1º trimestre de 2014					31/03/2014	31/03/2013
		Novas provisões	Atualização Monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento		
Fiscais (Nota 18 (b))	254.259	2.729	2.291	10.553	(72.557)	(104)	197.171	178.785
INSS	52.116	-	1.032	5.304	(38.856)	-	19.596	47.938
ISS	152.780	937	719	3.569	(29.454)	(29)	128.522	82.475
Outros	49.363	1.792	540	1.680	(4.247)	(75)	49.053	48.372
Cíveis (Nota 18 (e))	2.642.634	83.896	35.508	80.875	(94.148)	(65.838)	2.682.927	3.223.264
Perdas e danos	889.979	55.701	13.682	40.693	(48.275)	(62.448)	889.332	1.245.429
Poupança	729.129	9.808	2.102	2.469	(30.612)	(3.282)	709.614	1.113.189
Loterias	11.685	-	135	-	(878)	(47)	10.895	11.675
Crédito imobiliário	128.488	5.328	2.586	34.853	(14.383)	(61)	156.811	107.662
Contingenciamento do FGTS	883.353	13.059	17.003	2.860	-	-	916.275	745.309
Trabalhistas (Nota 18 (e))	3.086.733	205.222	28.129	117.009	(318.338)	(38.354)	3.080.401	2.804.395
Outras (Nota 18 (e))	52.599	12.512	-	-	-	-	65.111	43.677
Total	6.036.225	304.359	65.928	208.437	(485.043)	(104.296)	6.025.610	6.250.121

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 31 de março de 2014, correspondem ao total de R\$ 1.439.515 (31/03/2013 – R\$1.396.076), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 19.596 (31/03/2013 - R\$ 47.938).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados. Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31 de março de 2014, corresponde ao montante de R\$ 548.788 (31/03/2013 - R\$ 344.538). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se no valor da provisão ora constituída de R\$ 128.522 (31/03/2013 - R\$ 82.475).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSSL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologados no valor de R\$ 6.571 (31/03/2013 - R\$ 6.290), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros. Em 31 de Março de 2014 constavam 60,3 mil processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 57,7 mil “não relevantes” e 2,6 mil “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31 de Março de 2014 constavam 302,3 mil processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 300,7 mil “não relevantes” e 1,6 mil “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança. A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31 de Março de 2014 foi provisionado R\$ 709,6 milhões para estes processos. Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 31 de Março de 2014 para estes processos foi de R\$ 916,2 milhões.

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Visando reduzir o litígio judicial em 2014, a CAIXA realizou 4,2 mil acordos processuais, diminuindo, conseqüentemente, os valores que seriam integralmente despendidos se persistisse a condenação judicial, além de oportunizar ao cliente uma rápida solução para o problema enfrentado. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Demandas Fiscais	4.856.844	4.778.552	4.810.685
Demandas Cíveis	1.157.096	1.086.235	2.193.065
Demandas Trabalhistas	-	-	50.469
Total	6.013.940	5.864.787	7.054.219

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 4.856.844, em 31 de março de 2014 (31/03/2013 - R\$ 4.810.685), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) O montante de R\$ 66.017, refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito.

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.395.301, em 31 de março de 2014 (31/03/2013 - R\$ 4.315.369), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis n.º. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

c) CSLL, no valor de R\$ 138.338, em 31 de março de 2014 (31/03/2013 - R\$ 129.761), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

d) Autuação de ICMS pela Fazenda do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 123.331, em 31 de março de 2014 (31/03/2013 – R\$ 120.239), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remota.

O montante de R\$ 1.157.096, classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Demandas Fiscais	8.833.711	8.475.837	7.968.736
Demandas Cíveis	639.231	666.706	616.810
Demandas Trabalhistas	2.221.791	2.148.050	1.965.941
Total	11.694.733	11.290.593	10.551.487

Nota 31 – Partes relacionadas
(a) Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis. Essas transações são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Banco PAN S.A.;
- Caixa Seguros Holding S.A.;
- Secretaria do Tesouro Nacional - STN; e
- Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF.

A CAIXA possui um acordo operacional com o Banco PAN que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicação em depósitos interfinanceiros.

ATIVOS			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.046.625	4.977.657	2.773.780
Banco PAN	5.046.625	4.977.657	2.773.780
Aplicações em operações compromissadas	-	-	199.945
Banco PAN	-	-	199.945
Rendas a receber	2.492.745	2.301.599	2.063.996
Caixa Seguros Holding S.A.	428	342	315
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	2.492.317	2.301.257	2.063.681
Créditos adquiridos	7.515.050	7.581.165	5.068.295
Banco PAN	7.515.050	7.581.165	5.068.295
Total	15.054.420	14.860.421	10.106.016

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVOS			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Depósitos	219.770	171.758	252.731
Caixa Seguros Holding S.A.	16.411	11.680	27.591
FUNCEF	1.075	1.453	4.939
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	202.284	158.625	220.201
Repasses do país - instituições oficiais	(976)	(1.131)	2.232
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(976)	(1.131)	2.232
Obrigações diversas	37.949	36.867	34.895
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	37.949	36.867	34.895
Total	256.743	207.494	289.858

As receitas e despesas representam os valores acumulados nos períodos informados.

RECEITAS			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Rendas de depósitos interfinanceiros	139.210	106.687	49.437
Banco PAN	139.210	106.687	49.437
Rendas de prestação de serviços	154.770	180.147	134.735
Caixa Seguros Holding S.A.	149.735	142.897	125.979
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	5.035	37.250	8.756
Outras receitas operacionais	35.319	27.950	26.873
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	35.319	27.950	26.873
Total	329.299	314.784	211.045

DESPESAS			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Despesas administrativas – aluguéis	(14.490)	(14.449)	(19.327)
FUNCEF	(14.490)	(14.449)	(19.327)
Outras despesas operacionais	(1.178)	(655)	(767)
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	(1.178)	(655)	(767)
Total	(15.668)	(15.104)	(20.094)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2014	2013	
	1º trimestre	4º trimestre	1º trimestre
Benefícios de curto prazo	7.283	7.802	2.625
Proventos	5.275	5.734	1.920
Encargos Sociais	2.008	2.068	705

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Conforme normas vigentes, a CAIXA não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 32 – Benefícios a empregados**(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da Caixa.

Essas provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Benefícios de curto prazo – natureza salarial" que apresenta o montante de R\$ 2.332.081 (31/12/2013 – R\$ 2.063.622 e 31/03/2013 - R\$ 2.005.244) na demonstração consolidada. A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Provisão para benefícios a empregados			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Benefícios de curto prazo	2.569.939	2.488.533	2.194.848
Natureza salarial	2.331.693	2.063.252	2.004.905
Participação dos empregados no lucro	238.246	425.281	189.943
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	7.452.098	7.218.765	7.550.752
Saúde CAIXA (cálculo atuarial ¹ (c.1))	6.435.387	6.211.755	6.461.873
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial ¹ (c.2))	751.134	751.678	847.930
PREVHAB (cálculo atuarial ¹ (c.3))	43.221	44.260	41.569
Planos de benefícios – Previdência Privada (cálculo atuarial ¹ (c.4))	222.356	211.072	199.380
Total	10.022.037	9.707.298	9.745.600

Cálculo atuarial¹ - Os cálculos atuariais apresentados nesta Nota Explicativa foram desenvolvidos pela Gama Consultores Associados, empresa contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios a empregados patrocinados pela Caixa.

(b) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

(c) Benefícios pós-emprego:

A caixa é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH). A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

(c.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é um programa instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional.

Benefício concedido aos titulares optantes, empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, a PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS e respectivos dependentes inscritos. O custeio do plano, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas, foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço. Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 6.435.387 (31/12/2013 - R\$ 6.211.755 e 31/03/2013 - 6.461.873).

O PAMS é custeado com recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

(c.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio-Alimentação e Cesta-alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2013 a agosto de 2014 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 509,96 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2013 a agosto de 2014 é de R\$ 397,36 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 751.134 (31/12/2013 – R\$ 751.678 e 31/03/2013 – 847.930).

(c.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a Caixa passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes das relações de trabalho dos empregados do referido banco.

Desta forma, a CAIXA administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

(c.4) Plano de previdência – Previdência complementar**• REG/REPLAN**

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

O plano de benefícios REG/REPLAN, assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate. Para os participantes e assistidos que optaram pelo saldamento são previstos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual e pecúlio por morte.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2%. Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do Total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

O plano de benefícios REB, assegura aos seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, renda antecipada, portabilidade, resgate e outros.

• Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 1º de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do Total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de benefícios Novo Plano assegura aos participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão por morte, abono anual, pecúlio por morte, portabilidade, resgate e outros.

(d) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Quantidade de participantes dos planos						
Descrição	2013			2012		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde Caixa (Incluindo Dependentes)	227.267	49.015	276.282	216.317	51.485	267.802
Auxílio e cesta alimentação (Aposentados e Pensionistas)	-	12.279	12.279	-	13.288	13.288
EX-PREVIHAB (Aposentados e Pensionistas)	-	68	68	-	71	71
REG/REPLAN	28.872	34.775	63.647	30.945	33.099	64.044
REB	11.088	635	11.723	11.000	638	11.638
Novo Plano	83.359	3.634	86.993	76.262	3.093	79.355

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Gama Consultores Associados foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela Caixa. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, EX-PREHVAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos assistidos EX-PREHVAB.

(e.1) Taxas de juros utilizadas

A taxa de juros utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego corresponde à taxa dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por serem aderentes aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). A taxa de juros definida foi 5,78%, com base em uma NTN com posição em 31/10/2013 e vencimento em 2035. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 12,02% e de 5,9% a.a. para a inflação.

(e.2) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em Outros Resultados Abrangentes.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.3) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados. Abaixo são apresentadas as principais premissas adotadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios patrocinados pela Caixa:

Principais premissas adotadas - financeiras e demográficas												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Taxa de juros de desconto atuarial anual	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91
Projeção de aumento anual dos salários	9,13	8,55	-	-	-	-	-	-	8,74	8,55	8,74	8,55
Parte não saldada	-	-	-	-	-	-	8,66	8,04	-	-	-	-
Parte Saldada	-	-	-	-	-	-	5,9	5,5	-	-	-	-
Projeção de aumento anual dos benefícios	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5
Taxa de inflação média anual	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5	5,9	5,5
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91	12,02	9,91
Taxa de rotatividade	3,02	3,06	-	-	-	-	Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade	AT 2000 M e		AT 2000 M e		AT 2000 M e		AT 2000 M e		AT 2000 M e		AT 2000 M e	
	AT 2000 F		AT 2000 F		AT 2000 F		AT 2000 F		AT 2000 F		AT 2000 F	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
VPOA ¹ no início do exercício	(6.317.036)	(4.637.895)	(844.804)	(624.439)	(47.121)	(37.535)	(44.902.581)	(35.033.289)	(596.455)	(412.518)	(487.761)	(254.250)
Custo do serviço corrente	(352.180)	(288.160)	-	-	-	-	(30.577)	(56.245)	(2.186)	(2.850)	(44.032)	(25.060)
Custo de juros	(611.146)	(525.743)	(75.413)	(68.856)	(4.488)	(4.127)	(4.358.610)	(3.967.316)	(58.801)	(47.419)	(47.873)	(28.993)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	784.486	(1.134.176)	82.387	(230.743)	2.435	(9.355)	7.164.152	(7.497.924)	149.530	(140.980)	78.527	(187.989)
Ajuste de experiência	(857.351)	(1.134.176)	(39.953)	(230.743)	(4.820)	(9.355)	(1.150.943)	(7.497.924)	25.011	(140.980)	(86.834)	(187.989)
Alterações premissas biométricas	1.641.837	-	-	-	-	-	161	-	(22.482)	-	(323)	-
Alterações premissas financeiras	-	-	122.340	-	7.255	-	8.314.934	-	147.001	-	165.684	-
Benefícios pagos pelo plano	284.121	268.938	86.152	79.234	3.655	3.897	1.840.401	1.652.193	6.207	7.312	9.360	8.532
VPOA¹ no final do exercício	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	(45.519)	(47.120)	(40.287.215)	(44.902.581)	(501.705)	(596.455)	(491.779)	(487.760)

 VPOA¹ - Valor Presente da Obrigação Atuarial

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.5) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela Caixa. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREHVAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
VJAP ¹ no início do exercício	-	-	-	-	42.019	43.649	45.650.669	41.498.618	426.035	343.455	285.803	277.166
Receitas de juros	-	-	-	-	3.982	4.836	4.434.400	4.719.039	41.947	39.444	28.278	31.975
Ganhos/ (perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	-	-	-	-	3.173	(2.570)	(7.223.118)	1.052.777	(162.582)	49.852	(41.742)	(20.395)
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	-	-	-	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Benefícios pagos pelo plano	-	-	-	-	(3.655)	(3.897)	(1.840.401)	(1.652.193)	(6.207)	(7.312)	(9.360)	(8.532)
VJAP¹ no final do exercício	-	-	-	-	45.519	42.018	41.054.966	45.650.669	299.895	426.035	271.445	285.802

 VJAP¹ - Valor Justo dos ativos do plano

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.6) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Valor líquido do ativo/(passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
VPOA ¹ no final do período	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	(45.519)	(47.120)	(40.287.215)	(44.902.581)	(501.705)	(596.455)	(491.779)	(487.760)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial ³	-	-	-	-	-	-	-	-	100.905	85.210	110.167	100.979
VPOA ¹ líquida	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	(45.519)	(47.120)	(40.287.215)	(44.902.581)	(400.800)	(511.245)	(381.612)	(386.781)
VJAP ² no final do período	-	-	-	-	45.519	42.018	41.054.966	45.650.669	299.895	426.035	271.445	285.802
Superávit/ (déficit) do plano	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	-	(5.102)	767.751	748.088	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)
Efeito do teto do Ativo ⁴	-	-	-	-	-	-	(767.751)	(748.088)	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	-	(5.102)	-	-	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)

 VPOA¹ - Valor Presente da obrigação atuarial / VJAP² - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Banco.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pelo Banco.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.7) Conciliação do efeito de teto de ativo:

A conciliação do efeito de teto de ativo demonstra a evolução, de um período para outro, das parcelas de superávit atuarial dos planos não reconhecidas pela entidade patrocinadora, considerando que não se traduzem em benefícios econômicos disponíveis, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1).

Conciliação do efeito de teto de ativo (asset ceiling)												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
Abertura no início do Ano	-	-	-	-	-	-	(748.088)	(6.465.329)	-	-	-	-
Despesa com juros / Rentabilidade	-	-	-	-	-	-	(75.791)	(751.723)	-	-	-	-
Total antes da remensuração	-	-	-	-	-	-	(823.878)	(7.217.052)	-	-	-	-
Remensuração	-	-	-	-	-	-	58.966	6.445.147	-	-	-	-
Custo de Serviço Líquido / Contribuições	-	-	-	-	-	-	(2.840)	23.817	-	-	-	-
Total no final do ano	-	-	-	-	-	-	(767.752)	(748.088)	-	-	-	-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.8) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial												
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		EX-PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))	31/12/2013	31/12/2012 (Nota 3 (t))
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(6.317.036)	(5.632.367)	(844.804)	(638.356)	(5.102)	3.684	-	-	(85.210)	-	(100.979)	(7.977)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	284.121	268.938	86.153	79.234	-	-	16.708	16.214	351	298	4.233	2.794
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(963.326)	(813.903)	(75.413)	(68.856)	(505)	709	(15.288)	(40.031)	(10.613)	(14.656)	(24.022)	(22.266)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	784.486	(139.704)	82.386	(216.826)	5.607	(9.495)	(1.420)	23.817	(5.433)	(70.852)	10.601	(73.530)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(6.211.755)	(6.317.036)	(751.678)	(844.804)	-	(5.102)	-	-	(100.905)	(85.210)	(110.167)	(100.979)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.9) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para exercício 2014:

(Despesa) / Receita esperadas – exercício 2014 – CPC 33 (R1)					
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Custo do serviço corrente líquido	(400.434)	-	(3.648)	(1.303)	(37.648)
Custo de juros líquido	(728.631)	(84.876)	-	(12.105)	(12.974)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	-	-	(3.648)	(13.408)	(50.622)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.129.065)	(84.876)	-	-	-
Administração do plano	-	-	(882)	-	(223)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício	(1.129.065)	(84.876)	(4.530)	(13.408)	(50.845)

Pagamentos esperados – exercício 2014 – CPC 33 (R1)					
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN	REB	NOVO PLANO
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA)	300.885	91.235	17.694	371	4.483
Extraordinários	-	-	-	-	-
Administração	-	-	882	-	223
Total dos pagamentos esperados para o plano	300.885	91.235	18.576	371	4.706

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e.10) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Juros		Crescimento Salarial		HCTR		Posição de 31/12/2013
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Saúde CAIXA									
VPOA ¹	6.054.579	6.368.710	6.005.930	6.429.483	N/A	N/A	6.219.400	6.204.100	6.211.755
VJAP ²	-	-	-	-	N/A	N/A	-	-	-
Superávit / (Déficit)	(6.054.579)	(6.368.710)	(6.005.930)	(6.429.483)	N/A	N/A	(6.219.400)	(6.204.100)	(6.211.755)
Auxílio e Cesta Alimentação									
VPOA ¹	735.703	767.382	735.362	767.696	N/A	N/A	N/A	N/A	751.678
VJAP ²	-	-	-	-	N/A	N/A	N/A	N/A	-
Superávit / (Déficit)	(735.703)	(767.382)	(735.362)	(767.696)	N/A	N/A	N/A	N/A	(751.678)
EX-PREHAB									
VPOA ¹	44.631	46.383	44.547	46.531	N/A	N/A	N/A	N/A	45.519
VJAP ²	45.519	45.519	45.519	45.519	N/A	N/A	N/A	N/A	45.519
Superávit / (Déficit)	888	(864)	972	(1.012)	N/A	N/A	N/A	N/A	-
REG/REPLAN									
VPOA ¹	39.795.582	40.761.947	39.211.646	41.369.337	40.288.732	40.286.015	N/A	N/A	40.287.215
VJAP ²	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	41.054.966	N/A	N/A	41.054.966
Superávit / (Déficit)	1.259.384	293.019	1.843.320	(314.371)	766.234	768.951	N/A	N/A	767.751
REB									
VPOA ¹	504.389	498.954	484.500	520.303	506.925	496.609	N/A	N/A	501.705
VJAP ²	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895	299.895	N/A	N/A	299.895
Superávit / (Déficit)	(204.494)	(199.059)	(184.605)	(220.408)	(207.030)	(196.714)	N/A	N/A	(201.810)
NOVO PLANO									
VPOA ¹	496.119	485.115	472.841	509.286	492.430	491.141	N/A	N/A	491.779
VJAP ²	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445	271.445	N/A	N/A	271.445
Superávit / (Déficit)	(224.674)	(213.670)	(201.396)	(237.841)	(220.985)	(219.696)	N/A	N/A	(220.334)

 VPOA¹ - Valor Presente da Obrigação Atuarial / VJAP² - Valor Justo dos Ativos do Plano / HCTR - Projeção de aumento dos custos médicos

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputacional e socioambiental incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos e de capital é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basileia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basileia II são supervisionadas pela Superintendência Nacional de Risco Corporativo, vinculada à Diretoria de Riscos e a Vice-Presidência de Riscos.

As atividades realizadas em conformidade com o Acordo de Capital visam assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos/avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na CAIXA.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil - BACEN relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a CAIXA a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A CAIXA reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento de sua missão estratégica.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

Cálculo da exigência de capital regulamentar			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013 (1)	31/03/2013 (2)
Patrimônio de Referência - PR	66.831.306	71.440.993	56.992.370
Nível I	55.006.591	59.518.914	29.018.631
Capital Principal - CP	32.560.194	34.437.984	24.665.836
Patrimônio líquido	26.686.870	27.373.363	25.432.000
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	8.000.000	8.000.000	-
Ajustes prudenciais	(2.126.676)	(935.379)	-
Reservas de reavaliação	-	-	(421.700)
Créditos tributários excluídos do Nível I do PR	-	-	(154.673)
Ativo permanente diferido	-	-	(117.535)
Ajuste ao valor de mercado	-	-	(72.256)
Capital Complementar - CC	22.446.397	25.080.930	4.352.795
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	22.446.397	25.080.930	4.352.795
Nível II	11.824.715	11.922.079	29.018.631
Instrumentos de dívida subordinada autorizados conforme Resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 4.192/2013	11.824.715	11.922.079	12.367.205
Reservas de reavaliação	-	-	421.700
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-	16.157.470
Ajuste ao valor de mercado	-	-	72.256
Deduções do PR	-	-	(1.044.892)
Ações emitidas por instituições financeiras	-	-	(1.043.768)
Participação em instituição financeira no exterior	-	-	(1.124)
Ativos ponderados pelo risco - RWA	487.244.419	472.075.444	401.489.232
Risco de crédito - RWA _{CPAD}	464.921.403	450.874.561	377.750.466
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA _{M PAD}	1.946.975	1.447.893	4.549.903
Taxa de juros – RWA _{JUR}	1.573.562	1.447.893	4.549.903
Commodities – RWA _{COM}	-	-	-
Ações – RWA _{ACS}	-	-	-
Câmbio – RWA _{CAM}	373.413	-	-
Risco operacional - RWA _{OPAD}	20.376.041	19.752.990	19.188.863
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (RWA*0,11) - PRMR	53.596.886	51.928.299	44.163.816
Risco de mercado – carteira de não negociação - R_{BAN}	3.933.975	3.923.466	2.898.693
Margem de capital (PR - PRMR - R_{BAN})	9.300.445	15.589.228	9.929.861
Índice de capital principal (CP / RWA)	6,68%	7,30%	6,14%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	11,29%	12,61%	7,23%
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,72%	15,13%	14,20%

(1) Regras de Basileia III, vigentes a partir de OUT/13. Valores do Patrimônio de Referência e dos requerimentos mínimos de capital apurados conforme as Resoluções CMN nºs 4.192/2013 e 4.193/2013, respectivamente, e demais normas vinculadas.

(2) Regras de Basileia II, vigentes até SET/13. Valores do Patrimônio de Referência e dos requerimentos mínimos de capital apurados conforme as Resoluções CMN nºs 3.444/2007 e 3.490/2007, respectivamente, e demais normas vinculadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Basileia III

Dando prosseguimento à implementação de Basileia III no Brasil, foram publicadas em 1º de Março de 2013 as Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN nos. 4.192, 4.193 e 4.195, referentes às novas regras prudenciais vigentes desde OUT/13. O objetivo dessas novas regras é aprimorar a propensão das instituições financeiras de absorver choques de mercado, contribuindo para a estabilidade do sistema financeiro e promovendo o crescimento econômico sustentável.

Nas regras de Basileia III os componentes de gestão de capital, como Patrimônio de Referência – PR e Patrimônio de Referência Exigido – PRE, sofrem modificações.

O PR continua correspondendo à soma do Nível I e do Nível II, contudo, o Nível I é segregado em Capital Principal e Capital Complementar, havendo adição de indicadores a serem observados, como o indicador de Nível I e de Capital Principal, além do Índice de Basileia. Haverá também necessidade de observação de outros indicadores como o Adicional de Capital Principal a partir de 2016.

$$PR = \text{Nível II} + \text{Nível III}$$



$$PR = \text{Capital Principal} + \text{Capital Complementar} + \text{Nível III}$$

O PRE, soma das parcelas de risco de crédito, operacional e mercado, exceto carteira de não negociação, passa a ser considerado diretamente como ativos ponderados pelo risco (RWA) para a apuração dos indicadores.

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) encontram-se implementados na CAIXA em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, com a Circular BACEN nº 3.547/11 e a Carta-Circular BACEN nº 3.565/12.

A CAIXA adota melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de suas estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza de suas operações, a complexidade de produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração, se houver; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Através desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o seu consumo de capital.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a mensuração, controle, monitoramento e mitigação das exposições ao risco de mercado, visando minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade ⁽¹⁾			
Fatores de Risco	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
PRE	11.023	12.905	13.312
Cupom IPCA	8	7	2.703
Cupom SELIC	-	-	3
Cupom TR	1	1	3
VaR com ED	11.032	12.913	16.021

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A estimativa do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia EVE – Economic Value of Equity, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.365/07 e os princípios do Acordo de Basileia.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

Atualmente, a CAIXA mantém as exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial (PCAM) protegidas por meio de operações de hedge com contratos futuros e operações de swap, o que resulta em uma exposição inferior a 2% do Patrimônio de Referência. Como consequência, a PCAM é igual a zero, nos termos da Circular BACEN nº 3.608/2012.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

Descrição	Valor Contábil			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber		
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVO									
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.764.180	7.671.673	3.610.669	7.763.920	7.671.035	3.610.322	(260)	(638)	(347)
Aplicações em Operações Compromissadas	74.083.186	37.232.669	65.636.244	74.082.582	37.229.588	65.607.461	(604)	(3.081)	(28.783)
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	150.538.648	162.406.138	139.898.787	149.469.331	161.826.343	145.564.928	(1.069.317)	(579.795)	5.666.141
Títulos para negociação	88.241.806	98.741.794	77.299.398	88.241.806	98.741.794	77.299.398	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	16.287.780	16.939.498	16.302.639	16.287.780	16.939.498	16.302.639	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	46.009.062	46.724.846	46.296.750	44.939.745	46.145.051	51.962.891	(1.069.317)	(579.795)	5.666.141
Operações de Crédito, Arrendam. Mercantil e Outros Créditos	513.025.309	488.024.608	388.107.857	499.622.932	475.469.738	392.998.635	(13.402.377)	(12.554.870)	4.890.778
Comercial	180.885.278	172.045.384	133.850.995	193.189.598	177.940.009	148.621.857	12.304.320	5.894.625	14.770.862
Habitação	284.306.671	270.392.302	220.202.675	267.659.861	259.412.788	213.451.201	(16.646.810)	(10.979.514)	(6.751.474)
Infraestrutura/Desenvolvimento	39.545.139	36.837.628	26.031.280	30.485.252	29.367.647	22.902.670	(9.059.887)	(7.469.981)	(3.128.610)
Outros Créditos	8.288.221	8.749.294	8.022.907	8.288.221	8.749.294	8.022.907	-	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVO									
Captações de Recursos	172.529.671	153.295.906	123.066.578	176.693.221	155.484.450	123.242.744	4.163.550	2.188.544	176.166
CDB/RDB	75.766.411	69.472.911	66.284.126	75.856.756	68.403.221	66.315.645	90.345	(1.069.690)	31.519
LCI LH	90.517.920	77.490.821	53.672.818	94.127.573	80.521.427	53.365.393	3.609.653	3.030.606	(307.425)
Obrigações por TVM no Exterior	6.245.340	6.332.174	3.109.634	6.708.892	6.559.802	3.561.706	463.552	227.628	452.072
Captação em Operações Compromissadas	136.886.164	116.574.390	102.372.864	137.815.889	116.570.767	102.866.160	929.725	(3.623)	493.296
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	147.356.748	141.593.461	117.182.103	109.092.743	113.389.821	94.339.735	(38.264.005)	(28.203.640)	(22.842.368)
Exterior	3.085.359	3.231.933	323.144	3.079.261	3.227.204	1.256	(6.098)	(4.729)	(321.888)
Tesouro	37.948	36.868	34.895	39.236	38.427	36.134	1.288	1.559	1.239
FGTS (1)	138.432.528	132.732.425	112.132.848	98.231.411	102.947.269	88.781.661	(40.201.117)	(29.785.156)	(23.351.187)
BNDES	4.671.137	4.404.660	3.128.686	6.734.729	6.107.360	4.062.156	2.063.592	1.702.700	933.470
Depósitos não remunerados	1.129.776	1.187.575	1.562.530	1.008.106	1.069.561	1.458.528	(121.670)	(118.014)	(104.002)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	40.947.750	48.518.594	41.137.015	35.881.065	36.496.451	35.296.357	(5.066.685)	(12.022.143)	(5.840.658)

(1) Foi reclassificado de "FGTS" para "instrumentos de dívida elegíveis a capital" o valor de R\$ 10.381.129 referente a dívida subordinada marcado a mercado em 31/03/2013

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 28/03/2013, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/03/2014 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(193.847)	(4.653.115)	(8.901.201)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(17.717)	(427.721)	(824.248)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(518.559)	(11.868.870)	(21.780.001)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(354)	(8.971)	(18.192)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o reputacional.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar e controlar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional e para a Gestão da Informação sobre Riscos Operacionais.

A gestão do Risco Operacional na CAIXA está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo de auditoria;
- Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e
- Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público alvo.

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3640/2013, foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

- Abordagem do Indicador Básico – BIA;
- Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
- Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada - ASA2.

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA, metodologia adotada na CAIXA, segue os procedimentos definidos na Circular BACEN acima, para efetivar o cálculo da parcela dos ativos ponderados, relativa ao cálculo do capital requerido para o Risco Operacional.

Modelos Internos

O modelo interno de avaliação e alocação de capital para Risco Operacional é regido pela Resolução BACEN nº 4193/13, Circular BACEN nº 3.647/13 e Circular BACEN nº 3676/13. A CAIXA está desenvolvendo o seu modelo interno com base nas premissas previstas na Circular citada e em outros artigos e documentos de conhecimento comum do mercado. O modelo interno busca explicar a alocação de capital como parte de um grande e poderoso processo de gestão baseado em melhores práticas.

O modelo interno requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – A base de dados de ocorrências de perdas operacionais internas deve ser composta com informações oriundas das áreas operacionais em consonância com as informações contábeis.
- Dados externos de perdas operacionais – A base de dados de ocorrências de perdas operacionais externas auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos com baixa frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos – Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta e que servirão como mitigadores da exposição ao risco operacional.
- Análise de cenários – Opiniões de especialistas e gestores que permitem representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

A interligação entre as atividades de identificação e análise e as de mitigação, monitoramento e controle reposicionam de forma proativa e preventiva a Gestão de Risco Operacional na CAIXA, permitindo que as entregas de soluções estejam prontas e sejam tempestivas para a Instituição.

As ações de monitoramento são objeto de atenção especial, tendo em vista que estas dão continuidade ao ciclo de gerenciamento e demonstram a efetividade desse gerenciamento, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da CAIXA.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão das ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O efetivo ciclo de gerenciamento do risco operacional completa-se com a mitigação e o controle dos eventos dessa categoria de risco, buscando conferir solidez e sustentabilidade à Instituição.

O controle operacional de produtos e serviços é realizado por meio de ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

As ações de mitigação do risco operacional são registradas em sistema corporativo visando um melhor monitoramento de medidas preventivas, corretivas e o aprimoramento da gestão de risco para que as falhas, caso ocorram, não se repitam, ou tenham as consequências financeiras reduzidas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resulta numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é o processo no qual são gerenciadas situações de crise, onde são necessárias tomadas de decisões urgentes e coordenadas, promovendo a alocação de recursos humanos e materiais para minimizar os possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.

Ressalta-se a importância da adoção dessas ações principalmente com o objetivo de definir estratégias de atuação visando preservar a integridade física dos empregados e clientes da CAIXA, bem como do patrimônio da Instituição.

Numa situação de crise os procedimentos a serem seguidos são precedidos de orientação do Grupo de Gestão em entendimento com as áreas envolvidas, objetivando escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Escolher a melhor alternativa de mitigação possível, para que os impactos negativos sejam minimizados.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Como forma de disseminar internamente a cultura de gerenciamento do Risco Operacional, encontram-se disponíveis dois cursos na Universidade Caixa, na Intranet da empresa, sendo um módulo Básico e outro Avançado. Nesta mesma linha, estão disponíveis manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão deste risco.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras informações

(a) Convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS

Visando a convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Resolução CMN 3.566/2008: **CPC 01** Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Resolução CMN 3.604/2008: **CPC 03** Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução CMN 3.750/2009: **CPC 05** Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Resolução CMN 3.823/2009: **CPC 25** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- Resolução CMN 3.973/2011: **CPC 24** Evento Subsequente; e
- Resolução CMN 3.989/2011: **CPC 10** Pagamento Baseado em Ações;
- Resolução CMN 4.007/2011: **CPC 23** Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retific. de Erro;
- Resolução CMN 4.144/2012: **CPC 00** Pronunciamento Conceitual Básico;

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

(b) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:

PL de Fundos/Programas Sociais administrados			
Descrição	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
PIS	28.613.988	28.415.317	28.665.790
FGTS (3)	66.363.746	62.978.979	56.316.284
FAR (1)	19.216.043	18.316.041	11.387.819
FDS (2)	1.115.799	1.190.819	1.163.015
FAS	28.097	24.495	28.844
FGS	106.590	137.246	93.190
FGHAB (2)	1.369.914	1.364.939	1.257.610
CCA (3)	50.714	45.725	34.814
CCAM	23	21	18
FGCN (3)	3.519.772	3.941.813	3.588.685
FCE	-	98	85
Total	120.384.686	116.415.493	102.536.154
FCVS (3)	(91.813.147)	(90.620.246)	(87.053.639)

(1) Posição em 31/03/2014 PL de dezembro de 2013

(2) Posição em 31/03/2014 PL de janeiro de 2014

(3) Posição em 31/03/2014 PL de fevereiro 2014

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (31/12/2013 - R\$ 69.554 e 31/03/2013 – R\$69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(d) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Em consonância com o que estabelece a estrutura de gerenciamento de risco da CAIXA, não há necessidade de provisionamento para fazer frente a esse risco de crédito.

(e) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 181.425 (31/12/2013 – R\$ 167.717 e 31/03/2013 - R\$ 162.574).

(f) Medida Provisória nº 627

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627, que, dentre outras providências:

- Altera a legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS, adaptando-a às normas contábeis pautadas nos padrões internacionais de contabilidade, com estabelecimento de ajustes para apuração dos referidos tributos;
- Revoga o Regime Tributário de Transição;
- Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A MP 627 ainda não foi convertida em lei, o que é necessário para uma análise conclusiva acerca dos temas nela tratados. Não obstante, considerando os dispositivos atualmente vigentes, entendemos que não há impactos relevantes a serem destacados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Jorge Fontes Hereda
Presidente

Alexsandra Camelo Braga
Vice-presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

Jose Carlos Medaglia Filho
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

José Urbano Duarte
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Paulo Roberto dos Santos
Vice-presidente

Roberto Derzie de Santanna
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) e as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua controlada (“Consolidado”), que compreendem os balanços patrimoniais individual e consolidado em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN na elaboração de demonstrações contábeis intermediárias. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis intermediárias, que descreve que em 31 de março de 2014 a CAIXA (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 21.025 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 8.598 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 3.221 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 15.648 milhões, em 31 de março de 2014, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa conclusão não está modificada em função desse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20 às demonstrações contábeis intermediárias, que descreve que, em 31 de março de 2014, a CAIXA (individual e consolidado) possui R\$ 23.234 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 2.679 milhões. O valor líquido de R\$ 20.555 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa conclusão não está modificada em função desse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de março de 2014, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A. possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 2.732 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em dezembro de 2013, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa conclusão não está modificada em função desse assunto.

Relatório dos Auditores Independentes

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individual e consolidado, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela CAIXA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes a períodos anteriores

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de março de 2013, e às demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota 3(t), foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 7 de julho de 2014, que não conteve qualquer modificação, contendo ênfases sobre os créditos com FCVS e créditos tributários.

Reemissão do relatório dos auditores independentes

Em 20 de maio de 2014 emitimos relatório de revisão, sem modificação, contendo as mesmas ênfases acima descritas, sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da CAIXA referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014. Posteriormente à emissão do nosso relatório, o auditor antecessor foi recontratado para revisar os assuntos descritos na nota 3(t) e emitir relatório sobre as informações correspondentes alteradas, que estão sendo apresentadas juntamente com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período corrente. Conseqüentemente, estamos reemitindo nesta data, o nosso relatório de revisão, fazendo referência à revisão efetuada por outros auditores independentes sobre os saldos comparativos ajustados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013.

São Paulo, 7 de julho de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8